

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Mariana Rita Brito Fernandes

ACEITAÇÃO PARENTAL DE FILHOS/AS LGBTQ+
UM ESTUDO SOB A PERSPETIVA DA *GROUND*
ED
THEORY

Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia da Educação,
Desenvolvimento e Aconselhamento orientada pela Professora
Doutora Maria Jorge Santos Almeida Rama Ferro e apresentada à
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de
Coimbra

julho de 2022

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço-me a mim mesma por ter sobrevivido a estes 5 anos e por ter chegado a este momento final com o mínimo de coragem e energia para dar o próximo passo.

Em seguida, agradeço a todas as pessoas que estiveram ao meu lado e me deram apoio constante:

À minha orientadora pelos incentivos dados;

Aos meus pais por me terem dado esta oportunidade;

Ao meu irmão por me ter dado todos os empurrões sempre que precisava de uma força extra;

A todas as minhas psicólogas e terapeutas que me acompanharam e me ajudaram a chegar até este momento com alguma sanidade;

À minha família escolhida: à Lina, ao Neves, à Júlia, à Pru e ao Harry, que me deram colo e me ouviram reclamar quando necessário;

Ao meu parceiro, Igor, que só entidades divinas sabem o que ele aturou e o quanto me carregou em todos os momentos que pensei em desistir;

À Lu, que nestes últimos 4 anos, foi a minha estrela guiadora.

Agradeço ainda a todas as figuras parentais que partilharam as suas histórias e experiências comigo com a vontade de poderem ajudar outras no seu percurso.

Obrigade a toda a gente que esteve a meu lado e que fez parte desta aventura!

Resumo

Este projeto de pesquisa tem como objetivo delinear o processo e as influências contribuintes para a aceitação parental das identidades LGBT+ dos/as seus/suas filhos/as. A pesquisa procura, em princípio, compreender as bases teóricas do processo pelo qual os pais cisgênero e heterossexuais aceitam os/as seus/suas filhos/as e qual a validade desta aceitação. Relativamente ao grupo de pessoas da amostra, foram entrevistadas sete figuras parentais, das quais obtidas as repostas, transcritas e utilizadas para fomentar a realização de uma análise de dados e, faz parte do escopo deste, as entrevistas destas sete figuras parentais que relatam as suas respostas, perspetivas únicas e pessoais, acerca das ao *coming out* dos/as seus/suas filhos/as. No decorrer do trabalho, faz-se uso da metodologia de pesquisa denominada *grounded theory* que codifica os dados utilizando uma análise comparativa constante. Seguindo a codificação axial, foram identificadas categorias que após serem revistas e analisadas, estas foram novamente reagrupadas em 7 categorias principais para análise dos dados (Conhecimento LGBT+; *Coming out*; Amizades e relacionamentos; Sociedade, preocupações e violência; Procura de apoio; Influencias e finalmente, Mudanças). Após análises efetuadas, revelam-se pontos característicos, tais como as figuras parentais navegam o *coming out* dos/as filhos/as e, os resultados demonstram que embora exista uma aceitação, esta encontra-se envolta ou permeada de medos e receios da aceitação por parte da sociedade em vigor. Com este estudo, também se conclui que as figuras parentais precisam de apoio psicossocial de pares e profissionais para que compreendam e aceitem os/as seus/suas filhos/as e, por fim, não menos importante, também se denota a necessidade de rever as bases teóricas acerca do assunto que envolve a intersecção destas duas identidades, denominadas LGB e trans*.

Palavras-chave: aceitação parental, figura parental, LGBT+, *grounded theory*

Abstract

This research project aims to outline the processes and contributing influences to parental acceptance of their children's LGBT+ identities. This research firstly seeks to understand the theoretical basis of the process by which cisgender and heterosexual parents accept their children and what the validity of this acceptance is. Regarding the group of people interviewed, seven parental figures were interviewed, from whom the answers were obtained, transcribed, and used for further data analysis and, as part of the scope of this, the interviews of these seven parental figures reporting their answers, unique and personal perspectives, about the coming out of their children. In the course of the work, use is made of the research methodology called grounded theory which codifies the data using constant comparative analysis. Following the axial coding, categories were identified which after being reviewed and analysed, were regrouped into 7 main categories for data analysis (LGBT+ knowledge; Coming out; Friendships and relationships; Society, concerns, and violence; Seeking support; Influences and finally, Changes). After the analysis carried out, characteristic points are revealed, such as how the parental figures navigate the coming out of their children and, the results show that although there is an acceptance, this is shrouded or permeated with worries and fears of acceptance by the society at large. With this study, it is also concluded that parental figures need psychosocial support from peers and professionals to understand and accept their children and, finally, it is also revealed the need to review the theoretical basis about the subject that involves the intersection of these two identities, called LGB and trans*.

Keywords: parental acceptance, parental figure, LGBT+, grounded theory

Lista de abreviaturas e siglas

AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género

APA – Associação Americana de Psicologia [*American Psychology Association*]

CO – *Coming out*

DSM-5 – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, Versão 5 [*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition*]

FP – Figura parental/Figuras parentais

GNC – Género não conforme

ICID 11 – Classificação Internacional de Doenças 11 [*International Classification of Diseases 11th Revision*]

LGB – Lésbica (L), Gay (G), Bissexual (B)

LGBT+ – Lésbica (L), Gay (G), Bissexual (B), Trans*(T), e outras orientações sexuais e/ou identidades de género não normativas (+)

MSG – Minorias sexuais e de género

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

WHO – Organização Mundial de Saúde [*World Health Organization*]

Índice

Resumo	iv
Abstract	v
Lista de abreviaturas e siglas	vi
Introdução	1
Enquadramento conceptual	2
Contextualização histórica da população LGBTQ+	2
Internacional	2
Em Portugal	4
População LGBTQ+	5
<i>Coming out</i>	10
Desenvolvimento da identidade	11
Teorias específicas do desenvolvimento das identidades das MSG	13
Teoria da vinculação	14
Figuras parentais	15
Figuras parentais e <i>coming out</i>	17
Aceitação parental	19
Metodologia	21
Objetivos	22
Contexto de investigação e participantes	23
Recolha de dados	26
Transcrição e análise dos dados	28
Interpretação e análise dos dados	30
Discussão	45
Limitações	47
Pesquisas futuras	48
Referências	49
Anexos	54
Anexo 1 - Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica das figuras parentais participantes	54
Anexo 2 - Tabela 2 - Caracterização sociodemográfica dos/as filhos/as das figuras parentais participantes	55
Anexo 3 – Consentimento informado e questionário de informações sociodemográficas	56
Anexo 4 – Guião orientador de entrevista semiestruturada	63
Anexo 5 – Imagem para divulgação em formato <i>stories</i> no Instagram	67
Anexo 6 – Imagem para divulgação em formato <i>post</i> no Facebook	68
Anexo 7 – Mapa de análise de dados	69

Introdução

A vivência de cada figura parental¹, doravante denominado FP, face à descoberta da identidade dum filho é uma experiência única e pessoal, surge daí o mérito em compreender o processo de descoberta dos pais acerca da orientação sexual e/ou identidade de género dos seus filhos, tendo em consideração as suas emoções, sentimentos, dificuldades, dúvidas, preocupações, influências e formas de ação dos mesmos (Bernardo e Nogueira, 2020).

A ideia para este trabalho provém da necessidade da exploração do tema da aceitação parental na população LGBT+ portuguesa, devido à perceção da falta de conhecimento e estudos aprofundados com foco nas famílias de pessoas LGBT+ que abordam a perspetiva e vivência dos pais no processo de aceitação face ao *coming out*² dos/as filhos/as.

Na presente pesquisa utilizou-se a *grounded theory* que foi executada através de levantamentos bibliográficos, entrevistas semiestruturadas *online*, e possui como fundamento teórico os autores que tratam o fenómeno para compreender e/ou analisar o processo de aceitação parental de FP com filhos/as LGBT+.

Neste momento, faz-se notar que a maior parte das pesquisas que existem, na atualidade, são maioritariamente em inglês, que foram traduzidos pela autora, as quais abordam temas relacionados com a homofobia³ e a violência no âmbito familiar. A maior parte dos estudos, também são feitos pela perspetiva dos filhos que revelam a sua orientação sexual e/ou identidade de género à família, sendo que não há muitos levantamentos acerca do ponto de vista da FP ou familiar (Costa, 2021).

¹ Entende-se por figura parental quaisquer pessoas consideradas mães e pais pelos indivíduos, não necessitando a existência de vínculo consanguíneo.

² Elucidação do termo na p.10.

³ Homo, bi e transfobia definem-se por serem atitudes e práticas pejorativas e/ou violentas direcionadas a pessoas que são lidas e/ou se identificam como homossexuais, bissexuais e/ou trans, respetivamente (Teixeira et al., 2021).

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Com este trabalho foi possível observar que o processo de aceitação das FP se divide no momento do *coming out* e após este momento e que durante esse período as FP precisam de apoio psicossocial de pares e profissionais para compreenderem e aceitarem os seus filhos.

Enquadramento conceptual

Contextualização histórica da população LGBT+

Embora haja diversos relatos evidentes de minorias sexuais e de género (MSG) ao longo da história, é raro haver menções a estas antes da existência do que se conhece hoje em dia como ativismo LGBT+ (Morris, 2019). Dos historiadores pesquisados, principalmente os relacionados ao mundo ocidental, os mesmos concordam que há evidências de relacionamentos entre pessoas do mesmo género e que, dependendo da cultura e do período, é possível inferir se os mesmos eram aceites ou perseguidos.

Internacional

Haymer et al. (2020) refere que existe uma tradição na cultura ocidental em patologizar diversos comportamentos sexuais, orientações sexuais e identidade de género tendo por base crenças e aspetos culturais, existindo crenças preconceituosas sendo perpetuadas como ciência desde o séc. XVIII. Morris (2019) adiciona que este é um dos motivos pelo qual, antes do séc. XIX, a homossexualidade é mencionada maioritariamente em livros de medicina e leis anti LGBT+ comparativamente a menções em relatos históricos.

Antes da 2ª Guerra Mundial, a existência de organizações formais que lutassem por direitos LGBT+ era rara, no entanto, desde o início do séc. XX vários indivíduos lutam pela descriminalização da homossexualidade. Infelizmente, na mesma altura surgiram modelos médicos que contribuíram para a repressão e perseguição de indivíduos com identidades LGBT+, de acordo com Belmonte (2021).

O triângulo rosa, que na década de 1970 se tornou um símbolo da libertação gay, foi utilizado pela primeira vez nos campos de concentração nazistas com o objetivo de identificar

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

homens que haviam sido capturados devido a práticas homossexuais. Mesmo após o final da guerra, a homossexualidade masculina continuou ilegal em vários países europeus (Belmonte, 2021).

Com a ascensão de novas organizações internacionais para a defesa dos direitos humanos, a influência do movimento pela emancipação homossexual no início do século XX e os motins de *Stonewall Inn* em 1969, as quais originaram o grande movimento defensor dos direitos LGBTQ+, posteriormente este mesmo movimento levou à formação de várias organizações que lutaram pela descriminalização dos comportamentos homossexuais (Belmonte, 2021).

De acordo com Robles et al. (2021) é resultante da luta destas organizações que em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) desclassifica a homossexualidade como doença mental, removendo-a do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-5), sendo seguida mais tarde pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que também a retirou da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (ICID-11) em 1992.

Apesar da desclassificação pela APA, a pandemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) que, por consequência, causa a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) nos anos 80 e 90, criou novos desafios para a comunidade LGBTQ+ enfrentar. A inação em resposta a esta crise de saúde global leva ao surgimento de grupos mais radicais e, de acordo com Belmonte (2021, p.170) "acrescentou urgência às campanhas de ativistas pela legalização de atividades sexuais do mesmo sexo e a instituição da não discriminação proteções e reconhecimento de relacionamento para pessoas LGBTQ+”.

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Mais recentemente, tal como a homossexualidade, a OMS retirou a ‘transsexualidade’⁴ da lista de doenças mentais. No DSM-5⁵, devido ao estigma, o diagnóstico de ‘perturbação de identidade de género’ foi substituído pela terminologia ‘disforia de género’ ao qual se refere às questões ligadas ao “sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o género experimentado ou expressado e o género designado de uma pessoa.” (APA, 2014, p.451).

Em Portugal

Comparativamente ao restante mundo ocidental, a história do movimento pelos direitos das pessoas LGBT+ em Portugal começa mais tarde com a restauração da liberdade a 25 de Abril de 1974, verificando-se apenas intervenções notórias a partir da década de 90. Este movimento, aliado a movimentos associados ao exercício de liberdades fundamentais, assumiu, de acordo com Santos (2018 p.38) “as demandas pela diversidade relacional, sexual e reprodutiva”.

Mais tarde, surge a Associação ILGA Portugal - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo, que organiza o primeiro Arraial Gay em 1997 sendo que a 1ª Marcha do Orgulho LGBT só ocorreu em Junho de 2000 (Santos, 2018). Mais recentemente, em 2002 surge o Projeto Descentrar, criada pela associação citada anteriormente, o qual deu origem à rede ex aequo, uma associação de jovens LGBTI e apoiantes com idades entre os 16 e os 30 anos (rede ex aequo, s.d.).

Fundada no ano de 2009, a AMPLOS - Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género - foi a primeira (e até à data única) iniciativa em Portugal que mobiliza pais e familiares de pessoas LGBT+ facilitando informação, apoio

⁴ Termo desatualizado. Atualmente diferentes autores consideram o termo trans* um termo mais abrangente do que trans (sem asterisco). Sendo que, enquanto o último é mais frequentemente aplicado a homens e mulheres trans, o termo trans* refere-se a todas as identidades de género não cisgénero, em conformidade com o autor Miller (2016).

⁵ Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (5ª Edição) ou DSM-5.

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

psicológico, mediação (*i.e.*, ambientes escolares) e grupos de apoio e partilha (AMPLOS, 2012).

Santos (2018) refere todas as transformações na legislação portuguesa começando pela descriminalização da homossexualidade em 1982; seguindo-se à aprovação da Lei das Uniões de Facto (Lei n.º7/2001, de 11 de Maio); em 2003, o Código de Trabalho passa a incluir a proibição de discriminação com base na orientação sexual; o acesso ao casamento civil para casais do mesmo sexo com a Lei n.º9/2010; em 2016, é aprovada a Lei n.º2/2016 que permite a adoção por casais homossexuais.

Em 2018, é aprovada a Lei da Autodeterminação de Género (Lei n.º 38/2018) que assegura o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género, assim como o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa. Esta veio substituir a Lei 7/2011 que criou o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil do qual implicava o requerimento de um relatório médico comprovando um diagnóstico de perturbação de identidade de género (Santos, 2018).

Relativamente à educação sexual nas escolas, é aprovada em 2009, a Lei n.º 60/2009 definindo os objetivos desta que se centram na educação para o respeito pela diferença entre pessoas e diferentes orientações sexuais, bem como na eliminação de comportamentos baseados em discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual (APF, s.d.).

População LGBT+

De acordo com Haymer et al. (2020), a sigla LGBT é um considerada um termo guarda-chuva utilizado para descrever pessoas que autoidentificam a sua orientação sexual como lésbica, gay ou bissexual e/ou a sua identidade de género como trans*. O acrónimo tornou-se popular no final do século XX devido a ser uma maneira inclusiva de descrever minorias sexuais e de género (MSG).

A terminologia para descrever a população adjacente pode ser considerada complexa, sendo que os membros pertencentes a esta comunidade utilizam termos que são tão diversos quanto as identidades e individualidades que coexistem dentro desta. No entanto é necessário elucidar que apesar da orientação sexual e da identidade de género serem diferentes atributos, estas existem num *continuum* que é fluido ao longo da vida de um indivíduo (Haymer et al., 2020).

É importante diferenciar também algumas terminologias básicas, tais como sexo, identidade de género e expressão de género. Os termos sexo e género são frequentemente utilizados de maneira não diferenciada, no entanto estes não são sinónimos. Sexo, normalmente refere-se aos aspetos biológicos genéticos, como cromossomas sexuais, e fenotípicos, como os genitais, as gonadas e os órgãos reprodutores internos (APA, 2021).

Já o género, este refere-se às características psicossociais, culturais e comportamentais que a sociedade tipicamente associa com o sexo biológico de um indivíduo. Considera-se que um comportamento é normativo quando é compatível com as expectativas culturais para determinado género. Por outro lado, quando os comportamentos não são compatíveis com as expectativas, estes são denominados de não conformidade de género. (APA, 2012 *cit in* APA, 2015)

Por outras palavras, quando o sexo e género atribuído à nascença são os mesmos, diz-se que o indivíduo é usualmente denominado de cis (cisgénero). Por outro lado, quando existe uma discrepância entre o sexo e o género, diz-se que o indivíduo é denominado de trans* (transgénero ou género não conforme (GNC)). O termo trans* pode ser considerado um termo guarda-chuva incluindo todas as identidades de um grupo de pessoas com identidades ou expressões de género diferentes das do género que foi atribuído à nascença (Miller, 2016).

Dentro do termo trans* existem várias identidades, algumas alinhadas com o espectro binário de género e de papéis de género (mulher trans e homem trans) e outras que não se

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

conformam aos papéis de género estabelecidos pela sociedade, nomeadamente as identidades género não conforme, incluindo identidades como exemplos o género não binário, género queer, género fluído, etc. (Miller, 2016).

Na cultura ocidental existe um binário de sexo/género onde a classificação de sexo/género se divide em opostos como feminino ou masculino. O termo binário de género descreve um sistema no qual a sociedade divide os indivíduos entre mulheres e homens, atribuindo a estes um sexo, identidade de género, papéis de género e uma orientação sexual pré-definida alinhada com aspetos genéticos e fenotípicos como um determinado tipo de genitália (Butler, 1990 *cit in* Morgenroth e Ryan, 2021).

Um exemplo deste binário é quando uma pessoa nasce é-lhe atribuído um sexo à nascença baseado em características como, por exemplo, a existência de um pénis. A partir desse momento, o sistema binário assume que este é um homem e, como tal, este assumirá uma aparência, comportamento e características masculinas, bem como este será heterossexual. Estes aspetos levam a que haja uma expectativa de um individuo se identificar, vestir, comportar, utilizar um nome e pronomes de acordo com o sexo atribuído á nascença.

Quando estas expectativas, conforme acima citadas, não são cumpridas, todos os indivíduos “que falham em performar o seu sexo/género corretamente são punidos pela sociedade” (Morgenroth e Ryan, 2021, p.1118). Estas consequências podem variar entre sanções sociais e económicas, passando por discriminação e, inclusive, casos de violência verbal e física extremas, sendo que estas podem afetar qualquer pessoa, pertencente à comunidade LGBTQ+ ou não, que não cumpra as respetivas normas de género mantidas pela sociedade cisheteronormativa.

A cisheteronormatividade refere-se “à normalização sistémica e ao privilégio material de corpos, identidades e subjetividades que mais se alinham com as expectativas culturais

cisgênero e heterossexuais brancas.” (LeMaster et al., 2019, p.27, Nota 2). Este termo surge da junção dos termos ‘cisnormatividade’ e ‘heteronormatividade’.

Teixeira et al. (2021) definem cisnormatividade como sendo um “sistema de crenças tácitas que institucionalizaram o sistema de sexo e gênero como binário e absoluto” (p.21) contribuindo para a manutenção de um sistema que contempla apenas pessoas cis, e a heteronormatividade como “um sistema de crenças tácitas que institucionalizaram a heterossexualidade” (p.45) contribuindo assim, para um sistema que mantém a heterossexualidade como norma.

Tal como o sexo e o gênero, a identidade de gênero existe num espectro referindo-se, assim, à experiência subjetiva interna de cada pessoa pertencer a um gênero em particular, podendo ou não corresponder ao sexo atribuído à nascença ou às características sexuais de um indivíduo, o que significa que esta não é visível para os outros (APA, 2015).

Paralelamente, a expressão de gênero é definida por ser uma manifestação exterior do gênero com que um se auto identifica com, através da aparência física, escolha de vestuário e acessórios, penteados, maneirismos, comportamentos, entre outros, tendo o papel de comunicar a identidade e papel de gênero de uma pessoa perante a sociedade, não tendo, novamente, de ser congruente com a identidade de gênero de uma pessoa (APA, 2015).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006, p.05) define sexualidade como sendo: um aspeto central do ser humano ao longo da vida e engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivenciada e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas são sempre vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais.

Já a orientação sexual refere-se ao que cada pessoa pensa e sente sobre si própria, sobre a sua afetividade, sexualidade e por quem se sente atraído física, romântica e/ou sexualmente. Esta é constituída por três dimensões: identidade sexual, desejo sexual e comportamento sexual, o que quer dizer que tal como o género, pode haver incongruências com o que a sociedade espera dos indivíduos (Haymer et al., 2020).

Ainda de acordo com o autor supramencionado, é impossível fazer inferências acerca da orientação sexual de um indivíduo a partir de um destes componentes isoladamente, pois uma pessoa pode identificar-se com uma orientação sexual não-heterossexual, no entanto, o seu comportamento sexual ser expresso de uma maneira que não vai de encontro à sua identidade.

O termo heterossexual diz respeito a pessoas que sentem sobretudo atração afetiva e/ou sexual por pessoas de sexo/género diferente do seu. Por sua vez, o termo homossexual diz respeito a quem sente sobretudo atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo sexo/género, englobando gays e lésbicas (Teixeira et al., 2021).

Definem-se os últimos dois termos supramencionados na atualidade, como gay, tendo a mesma definição que homossexual e lésbica como, “qualquer pessoa (exceto homens cis) que escolha subjetivamente utilizar esta identidade sexual, independentemente da sua identificação relativamente ao sistema sexo/género” (Teixeira et al., 2021, p.59).

A bissexualidade diz respeito à atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo e de sexo/género diferentes, podendo sentir atração por pessoas cis, trans* e/ou género não conforme, enquanto quem se identifica como pansexual, sente atração afetiva e/ou sexual por pessoas, “independentemente de atribuições e/ou identificações quanto a sexo/género” (Teixeira et al., 2021, p.77).

Após elucidação dos termos e enquadramentos envolvidos na base desta pesquisa, faz-se necessário acrescer, conjuntamente, antes das elucidações das bases teóricas, envoltas nos

desenvolvimentos de identidade, uma terminologia muito presente em toda a pesquisa, o *coming out*.

Coming out

O termo *coming out* (em português, ‘sair do armário’, doravante denominado *CO*) refere-se, conforme Teixeira et al. (2021, p.83) ao “processo de uma pessoa assumir publicamente a sua identidade/identificação não heterocisnormativa (...) perante outras pessoas (*i.e.*, ao nível pessoal, social, profissional, etc.)”.

Os autores Frazão e Rosário (2008 *cit in* Oliveira et al., 2012) acrescentam ainda que, como o *CO* é um processo longo e contínuo, o indivíduo sofre influências diretas do ambiente em que se insere, pela perceção que este tem dos comportamentos que figuras importantes, tais como as parentais, teriam perante esta informação.

De acordo com Savin-Williams e Diamond (2000 *cit in* Roe, 2016) os jovens LGB⁶ normalmente descobrem a orientação sexual pelos 8-11 anos de idade, auto identificando-se mais tarde entre os 15-17 anos. Não sendo plausível no atual momento, fazer uma comparação com os seus pares heterossexuais, uma vez que não existem dados substanciais sobre a descoberta da orientação sexual por estes publicados por pesquisadores do assunto.

Relativamente ao género, pelos 3-4 anos de idade a maioria das crianças já tem uma noção da sua identidade de género bem como acreditam que esta tende a persistir durante a sua vida. No caso dos jovens trans*, também é neste intervalo de idade que muitos tomam consciência da sua identidade, acreditando que o seu género atual é diferente do atribuído à nascença e sendo menos propensos a acreditar que o género de outras pessoas é estável, comparativamente aos seus pares cis (Fast e Olson, 2017).

⁶ LGB refere-se a Lésbicas, Gays e Bissexuais. Acrónimo utilizado comumente para descrever apenas minorias sexuais.

Estudos como o de Fast e Olson (2017) identificam como muitas crianças trans* demonstram desde cedo atitudes não congruentes com o gênero atribuído à nascença, podendo ter comportamentos e preferências (*e.g.*, brinquedos, roupas, amizades) comumente associados com um gênero diferente do atribuído à nascença, e como estas desejam ser tratadas de acordo com o gênero com o qual se identificam.

Todo o contexto pode ser observado por questões teóricas e algumas das mesmas podem ser relevantes para compreender as questões dos desenvolvimentos destas identidades, conforme segue.

Desenvolvimento da identidade

Apesar do objetivo constante das teorias de desenvolvimento em explicar de que forma um indivíduo se desenvolve ao longo da sua vida, o foco das diversas teorias está sujeita a alterações. Este é o caso da teoria ecológica de Bronfenbrenner (1979) que se concentra nas interações interpessoais que o indivíduo mantém com os diferentes estágios socioculturais em que se insere ao longo do tempo.

Ainda em conformidade com o autor supracitado, teoriza-se que o desenvolvimento do indivíduo à medida que este interage com as influências bidirecionais encontradas nos cinco sistemas ambientais ao longo da sua vida. Cada um destes sistemas é regido por normas que moldam o desenvolvimento dos indivíduos através das transações entre o indivíduo e o ambiente.

O mesmo autor ainda afirma que o microsistema é o ambiente que rodeia o indivíduo onde ocorrem interações cara a cara permitindo a ocorrência de processos primários e proximais de desenvolvimento, inibindo ou promovendo essas interações (*e.g.*, família, escola, etc.), já o mesossistema é a relação entre microsistemas, como por exemplo entre a família e a escola. Ao mesmo tempo, Bronfenbrenner (1979) afirma ainda que o exossistema é a interação entre contextos os microsistemas distais onde o indivíduo mantém uma ligação ainda

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

que indiretamente, afetam os microssistemas proximais (*e.g.*, ambiente de trabalho de uma FP influencia as relações familiares). Em seguida, encontra-se o macrosistema que leva em consideração sistemas estruturais e institucionais como valores, crenças, aspetos sociais, económicos, políticos, culturais, religiosos que interagem com os restantes sistemas quotidianamente.

Finalmente, o cronossistema refere-se à natureza cronológica sob a qual se dão os acontecimentos da vida e de que modo estes interagem e modificam o indivíduo e as suas circunstâncias durante diversas transições que ocorrem nas restantes estruturas e sistemas ao longo do tempo, relacionando-se com os processos proximais e contextuais (Bronfenbrenner, 1979).

E o autor Costa (2021) afirma exatamente que:

Nessa perspetiva, a família se mostra como um microssistema, um ambiente contextual no qual ocorrem processos proximais e relações face a face de influência direta no desenvolvimento de indivíduos, como, por exemplo, no caso de jovens LGBTs. Assim, dentro desse microssistema a aceitação parental é um fator protetivo relevante para ser estudado. Compreender os processos que ocorrem na família e como essa se relaciona com outros sistemas (escola, religião, fatores culturais e etc.) pode ser um caminho para a compreensão de fatores relacionados à aceitação parental e, conseqüentemente, às melhores condições de desenvolvimento físico, cognitivo e psicológico de jovens LGBTs. (p.9).

Segundo a teoria de Bronfenbrenner (1979), a família pode ser considerada um microssistema sendo que dentro de cada unidade familiar existem diferentes sistemas de indivíduos interconectados que se influenciam bidireccionalmente entre si e que são influenciados pelos restantes sistemas onde estão inseridos.

Desta forma, nota-se que o *CO* é influenciado pela família (possíveis reações, comentários, educação, valores) e este influencia a família levando ao ajuste das dinâmicas familiares, a processos emocionais e a processos de mudanças de expectativas.

Teorias específicas do desenvolvimento das identidades das MSG

Apesar de ser possível conceber como a identidade se desenvolve de modo geral com base na teoria já mencionada, vários modelos têm sido criados para descrever o processo específico de desenvolvimento de identidades minoritárias relativamente à orientação sexual e identidade de género dos indivíduos. Cass (1979 *cit in* Simons e Beck, 2020) foi a primeira a descrever um modelo de identidade que posteriormente serviu de base para outros pesquisadores.

No entanto, de modo a enquadrar a relevância da aceitação das FP no desenvolvimento das identidades, as teorias do desenvolvimento das identidades LGB (D'Augelli, 1994) e de identidades trans* (Bilodeau, 2005) descrevem que o desenvolvimento iterativo da identidade ocorre dentro de um contexto sendo influenciada por vários fatores.

Segundo D'Augelli (1994), os fatores que influenciam o desenvolvimento da identidade sexual incluem (1) as perceções individuais de identidade que podem resultar de comportamentos sexuais e da interpretação dos sentimentos daí provenientes; (2) as influências da família imediata (*e.g.*, FP), parceiros e pares; e (3) a cultura em que indivíduo se insere, tendo em conta as suas normas sociais, políticas, culturais, leis e valores individuais, familiares e da sociedade em geral.

Semelhante ao modelo de D'Augelli e tendo adotado os seis estágios do mesmo, surge o modelo de desenvolvimento da identidade trans* de Bilodeau (2005) que descreve o desenvolvimento destas identidades como sendo um processo que ocorre ao longo da vida, permitindo uma compreensão multidimensional e fluida de como a identidade de uma pessoa é influenciada por experiências e contextos específicos

Estas teorias são então constituídas pelos seguintes seis processos, sem obrigatoriedade de linearidade: (1) saída de uma identidade tradicionalmente heterossexual ou cis, reconhecendo-se e afirmando-se com uma identidade LGBT; (2) desenvolvimento da identidade pessoal LGBT, alcançando a estabilidade de se conhecer a si mesmo e desafiando a homo/transfobia internalizada⁷; (3) desenvolvimento de uma identidade social LGBT, onde ocorre a criação de uma rede de apoio de pessoas que sabem e aceitam a nova identidade; (4) reivindicação da identidade de filho LGBT, consistindo no *CO* aos membros da família e nas suas consequências; (5) desenvolvimento do *status* de intimidade LGBT, envolvendo a criação de relações físicas ou emocionais íntimas; e, por último, (6) entrada na comunidade LGBT, assumindo um compromisso sociopolítico contra a homo/transfobia (D'Augelli, 1994; Bilodeau, 2005).

Teoria da vinculação

Uma possível justificação para as reações e comportamentos das FP serem tão importantes após o *CO* deve-se à natureza dinâmica das relações vinculativas entre pais-filhos e a influência destas no desenvolvimento das crianças. A teoria de vinculação de Bowlby (1988) refere que a relação entre uma criança e as suas figuras de vinculação, nomeadamente as FP, é não só importante biologicamente mas também social e emocionalmente.

Isto deve-se à natureza das relações de vinculação entre FP e filhos, uma vez que estes últimos necessitam de uma figura de vinculação para sobreviverem. É a partir das interações com esta que a criança desenvolve capacidades fundamentais para a sua saúde física e mental ao longo da vida. Estas capacidades incluem o desenvolvimento de um sentido de si e dos outros, de regulação das próprias emoções e comportamentos bem como a capacidade de estabelecer relações com outros indivíduos (Cassidy, 2008 *cit in* Mills-Koonce et al., 2018).

⁷ Homo, bi e transfobia internalizada é quando alguém que, pela educação e crescimento numa sociedade cisheteronormativa, internaliza asserções pejorativas sobre pessoas não-cisheterossexuais, e conseqüentemente mantém atitudes e/ou práticas homo, bi ou transfóbicas, em relação a si e/ou a outras vivências fora da cisheteronormatividade (Teixeira et al., 2021).

As crianças precisam de um relacionamento seguro⁸ com as FP para serem capazes de sentir todas as emoções de todas as gamas e intensidades, sendo que para fornecer esta sensação de segurança, estas precisam de um cuidador que seja seguro, de confiança e cujas reações e comportamentos sejam previsíveis ao longo do tempo e em diferentes contextos (Mills-Koonce et al., 2018).

No entanto, quando consideramos a revelação de uma identidade, como a orientação sexual ou identidade de gênero, observa-se que existe uma “maior vulnerabilidade à rejeição por estarem a revelar um componente central de quem são como pessoas” (Mills-Koonce et al., 2018, p.640), tornando a rejeição parental e suas consequências devastadoras para muitos (Ryan et al., 2009).

Conforme observado por Wilson et al. (2011) nota-se que comparativamente aos pares heterossexuais, fica evidente que a população LGBT experiencia um nível maior de distanciamento parental e um menor nível de vinculação parental, sendo que ainda pontuam claramente, uma diferença significativa a nível da autoestima, o que pode ser considerado um indicativo de problemas nas denominadas redes de apoio social.

Mills-Koonce et al. (2018) questiona ainda se é possível para um filho com uma identidade não-cisheteronormativa proceder à revelação da sua identidade temendo a rejeição da sua identidade por parte das FP, mantendo a sua visão das mesmas como figuras de vinculação seguras.

Figuras parentais

A partir das teorias previamente mencionadas é possível observar qual a importância e o impacto das FP no desenvolvimento biológico, psicológico e social dos seus membros, incluindo no desenvolvimento e na aceitação das suas identidades.

⁸Considera-se por vinculação segura, o estabelecimento de uma relação emocional baseada na confiança, proximidade, segurança, suporte emocional e proteção entre a criança e a figura de vinculação, neste caso a FP. Esta relação permite o desenvolvimento positivo da individualidade da criança de modo autónomo por meio de sentimentos de compreensão, confiança e valorização (Bowlby, 1988).

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

A família exerce um papel fundamental na educação e socialização dos mesmos, sendo também responsável pelo desenvolvimento dos seus membros. Esta também exerce um papel fundamental na sua educação e socialização sendo considerada uma rede de apoio e suporte fundamental para os seus membros (Dessen e Polonia, 2007).

A família é transmissora não só de crenças e valores, mas também estereótipos e preconceitos centrados na homo e transfobia, bem como heterossexistas, que depois são reproduzidos pelos filhos. Oliveira et al. (2012) revela que caso, no passado, já tenham existido situações de rejeição parental é possível que aquando do *CO* também haja.

Inclusive, o modelo de stress minoritário do autor Meyer (2003) e a sua expansão, o modelo de stress minoritário de género (Hendricks e Testa, 2012), explicam que devido ao estigma e discriminação existente, as pessoas pertencentes à comunidade LGBTQ+, dependendo do contexto em que estas se insiram, são desproporcionalmente afetadas pelo stress social proveniente do seu estatuto minoritário na sociedade, desta forma, encontram-se particularmente vulneráveis a experienciar atitudes discriminatórias que afetam o seu bem-estar físico e mental.

Apesar da maior parte das denominadas ‘minorias discriminadas socialmente’ encontrarem apoio no núcleo familiar, o mesmo não acontece quando falamos de minorias relacionadas com orientação sexual. Isto leva a que estes tenham sensações de culpa que ocasionam em situações de isolamento social (Pachankis et al., 2010 *cit in* Oliveira et al., 2012).

Como mencionado anteriormente, foi apenas recentemente que a homossexualidade e a ‘transsexualidade’ deixaram de ser consideradas doença mental; no entanto, a ignorância devido à falta de educação e conhecimento acerca de temas LGBTQ+, a desinformação e as opiniões erróneas não fundamentadas acerca desta comunidade têm fomentado a homofobia, levando muitas famílias e, em especial, FP a não aceitarem os filhos com identidades LGBTQ+ (Sanchez, 2009).

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Relativamente à educação sexual, Vieira (2021) relata que existe uma dificuldade entre pais e filhos para falarem sobre a sexualidade no geral. As FP são vistas como as primeiras a passar valores, atitudes, crenças e preconceitos sobre vários temas, um deles sendo temas de sexualidade e identidade, pelo que a família é importante na construção de atitudes saudáveis em relação a esta. No entanto, estes tendem a evitar estes temas por motivos de falta de informação e/ou vergonha.

Mesmo sabendo da importância da educação sexual e do seu papel em ajudar os indivíduos a adotar posições positivas, a ultrapassar medos, preconceitos e vergonhas, as FP tendem a focar-se apenas na prevenção em infeções sexualmente transmissíveis ou em sexo seguro, sentindo assim, ainda algum constrangimento em falar sobre determinados assuntos. É ainda devido a esta falha educativa que os pais interpretam orientações sexuais não hétero e identidades de género não cis como uma ‘escolha de vida’ ou preferência pessoal (Heller e Johnson, 2010 *cit in* Vieira, 2021).

No entanto, observa-se que em comparação, alguns pais já entendem qual a importância dos filhos terem de acordo com Vieira (2021, p.23), “uma perspetiva aberta e positiva da sexualidade e a diversidade de género”. Isto leva os mesmos a criticar a educação sexual disponível nas escolas relativamente à abordagem dos temas adjacentes à comunidade LGBTQ+ devido a estes continuarem a estar envolvidos de pensamentos negativos e discriminatórios.

Figuras parentais e *coming out*

O estudo de Oliveira et al. (2012) junto da população portuguesa LGB concluiu que estes “percecionam reações negativas aquando do *coming out* ou da descoberta da sua orientação sexual por parte das FP, experienciaram também sensações de rejeição parental durante a infância” (p.95). Este referência ainda que:

De acordo com Corliss, Chchran e Mays (2002 *cit in* Pachankis, Goldfried e Ramrattan, 2010), é comum os indivíduos não-heterossexuais declaram níveis elevados de rejeição

parental durante a infância. Como proposto pelos autores, esta situação poderá estar relacionada com papéis de género manifestados que, por vezes, não se coadunam com os socialmente esperados para o respetivo sexo da criança. Assim, é de prever que as figuras parentais que apresentam maiores índices de rejeição da orientação sexual dos/as filhos/as tenham já evidenciado uma maior desaprovação de alguns destes comportamentos anteriormente (p.95).

O autor supracitado ainda faz uma pontuação relevante no decorrer do seu texto sobre as questões relacionadas a desaprovação, onde se observa:

Como forma de demonstrar essa desaprovação, é possível que os pais e mães, durante a infância, não fossem tão carinhosos, o que explica a correlação negativa entre o carinho e a rejeição ao *coming out*. Pelas mesmas motivações, estes pais e mães também terão demonstrado uma maior hostilidade/agressividade, indiferença/negligência e rejeição indiferenciada sendo por essas razões que estas dimensões da rejeição parental se relacionam positivamente com a rejeição à descoberta da orientação sexual. Os autores efetuaram igualmente uma comparação da situação com sujeitos heterossexuais que não alcançaram níveis de rejeição parental percebida tão altos. (p.95)

Desta forma, observa-se também que existe um sofrimento associado ao facto de viver com figuras que rejeitam as identidades dos jovens, originado pela falta de suporte demonstrado levando os jovens, cujas identidades se encontram em desenvolvimento, a não compartilharem as suas preocupações junto da família. Este acrescenta que tanto a ocultação da identidade ou a rejeição por ambas as FP leva a um maior número de sintomas prejudiciais a nível da saúde mental dos indivíduos (D'Augelli, 2002).

Apesar de os comportamentos e sentimentos perante a revelação de identidades não-cishétero terem evoluído ao longo dos últimos 30 anos, este tema ainda requer uma certa 'flexibilidade', tanto por parte das FP como pela sociedade. As maiores dificuldades

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

enfrentadas pelos pais, de acordo com Bernardo e Nogueira (2020), durante este processo são devido às suas preocupações do que os filhos possam ter que enfrentar devido às suas identidades (*e.g.*, violência física e/ou emocional, homo e/ou transfobia, intolerância).

Apesar de tudo, também existem aspetos positivos em torno da revelação tais como o “apoio, compreensão, suporte, empatia e carinho para com os filhos após a revelação” (Bernardo e Nogueira, 2020, p.415).

Esses fatores são independentes uns dos outros e também podem ser mutuamente exclusivos. Pode haver ambos, aceitação e compreensão, e na mesma linha não pode haver nenhum. No entanto, se houver aceitação, pode não haver entendimento e, da mesma forma, pode haver entendimento, mas não conhecimento.

Aceitação parental

De acordo com o construto aceitação-rejeição parental, as crianças, conforme Rohner et al. (2005, p.300): “precisam de uma forma específica de resposta positiva – aceitação – dos pais”. Esta define aceitação como calor parental, caracterizado pela afeição, apoio, amor, cuidado, nutrição e preocupação, nutrição que as crianças podem experienciar por parte das suas FP. Esta pode tomar uma forma física, através de abraços e carinhos, ou verbal, sob a forma de elogios.

Em contraposição, define-se por rejeição parental, a falta destes comportamentos ou sentimentos, levando a uma variedade de comportamentos ou sentimentos prejudiciais à criança. Alguns exemplos são: frieza, caracterizada pela falta de abraços, carinho, elogios, etc.; hostilidade e agressão física (agredir, bater, empurrar, etc.) e/ou verbal (utilização de sarcasmo, asneiras, ofensas, etc.); indiferença/negligência (indisponibilidade física e/ou psicológica) e, finalmente, rejeição indiferenciada onde a criança não se sente amada, apreciada ou cuidada (Rohner et al., 2012).

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Ryan et al. (2010) indica que diversos estudos, sobre as reações às identidades LGBTQ+ dos filhos, concluem que a aceitação e a rejeição parental são construtos diferentes sendo possível que, na mesma família ou na mesma FP, ocorram simultaneamente comportamentos e sentimentos de aceitação e de rejeição após a descoberta da identidade não normativa dos filhos.

As pesquisas atuais focam nas consequências da rejeição por parte da família, sendo que estas demonstram ter um impacto negativo no bem-estar dos indivíduos LGBTQ+ como o desenvolvimento de visões negativas acerca da sua identidade (Willoughby et al., 2010), níveis aumentados de stress psicológico (Fuller e Riggs, 2018) e níveis superiores de ideação suicida (D'Augelli, 2002).

O estudo de Ryan et al. (2009) estabelece uma ligação entre a rejeição das FP e consequências negativas na saúde dos jovens LGB, sendo que estes reportam níveis mais altos de depressão, maior número de tentativas de suicídio, maior utilização de drogas ilegais e uma maior propensão a envolverem-se em relações sexuais desprotegidas comparativamente aos seus pares, cujas famílias não demonstraram ou demonstram níveis baixos de rejeição.

De modo contrastante, as pesquisas focadas nos processos de aceitação concluem que esta é um fator protetivo para as MSG. Num outro estudo, Ryan et al. (2010, p.210) demonstra como “a aceitação familiar na adolescência está associada a resultados positivos de saúde em adultos jovens [LGBT] (autoestima, apoio social e saúde geral) e é protetora para resultados negativos de saúde (depressão, abuso de substâncias, e ideação e tentativas suicidas).” Apesar de tudo, e independentemente do nível de aceitação parental, são os jovens trans* que relatam menos apoio social e saúde no geral.

Apesar da existência de estudos que provam a importância e o impacto da aceitação parental no desenvolvimento da identidade LGBTQ+ nos filhos (Ryan et al., 2009; 2010; Mills-Koonce, et al., 2018), existe uma lacuna em investigar como o processo ocorre e quais as

necessidades e dificuldade das FP no decorrer deste processo, e conseqüentemente que estratégias as mesmas utilizam para a superação destas.

Metodologia

A teoria escolhida para a execução deste trabalho é a teoria de pesquisa *grounded theory*. Esta é discriminada como pertencente ao sistema investigativo qualitativo, sendo que:

O objetivo desta metodologia consiste no estudo dos indivíduos inseridos, preferencialmente, nos seus contextos sociais naturais, assentando, para o efeito, em métodos de recolha de dados que apresentam uma forte relação com as circunstâncias da sua produção, embora podendo ser influenciados pelos interesses sociais e culturais dos participantes. (Gonçalves et al., 2021, p. XXIV)

A justificação da escolha da *grounded theory* dá-se justamente pela mesma permitir estudar um fenómeno, um determinado processo específico e da mesma forma permitir que se deixe à mostra uma possibilidade de construir novas teorias. A *grounded theory*, também denominada por alguns autores de Teoria Fundamentada, caracteriza-se por ser uma abordagem indutiva, pois de acordo com o autor Ribeiro (2008, p,18):

O método indutivo propõe que se parta da observação para a teoria. Começa-se por efetuar inúmeras observações sem nenhuns pressupostos, de modo inocente. Os dados são analisados de modo a clarificar a associação das variáveis em estudo, para, por fim, se produzirem enunciados gerais que depois podem constituir hipóteses para outras investigações realizadas com outras condições.

O objetivo desta pesquisa é levar em conta um número suficiente de casos de estudo particulares, visando concluir uma verdade geral, e por fim, que possam surgir novas teorias derivadas de dados recolhidos e análise dos mesmos. O uso da *grounded theory* torna-se necessária nesta proposta de pesquisa, uma vez que as demais pesquisas académicas qualitativas, podem ser consideradas incompletas para estes fatos e dados, pois além de serem

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

assuntos considerados relevantes, estes foram raramente estudados ou abordados nas atuais realidades sociais.

Sendo que, no contexto observado, “as realidades sociais não podem ser entendidas como estando separadas do investigador, pois estes constroem os mundos que investigam” (Gonçalves et al., 2021, p.17) ser o fator de ter a *grounded theory* como a proposta que se torna mais adequada para os estudos desta realidade, no atual momento, principalmente quando realizada com entrevistas, conforme este estudo.

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo compreender as bases teóricas existentes que abordam a temática das atribuições dos sentimentos sobre aceitação ou não das FP relativamente aos processos de aceitação do *CO* dos/as seus/suas filhos/as e quais as influências neste processo. Estes objetivos serão recolhidos, analisados e alcançados utilizando-se a metodologia *grounded theory*, desenvolvida através de um conjunto de entrevistas com FP de pessoas com identidades LGBTQ+.

Neste sentido, formulou-se, a princípio, a seguinte questão norteadora: (1) Quais os fatores associados à aceitação parental mediante um/a filho/a LGBTQ+?

Relembra-se que, de acordo com Lima & Ferro (2014, p.19) “não obstante a necessidade de definir à partida qual a nossa questão de investigação, ela não tem de permanecer imutável e única ao longo de todo o processo de análise” e a partir desta, as seguintes questões norteadoras foram aflorando, conforme a necessidade mediante o levantamento bibliográfico e para o devido andamento do processo da investigação: (2) Quais as principais dificuldades e necessidades durante o processo?; (3) Quais as principais estratégias utilizadas pelas FP para lidarem com o *CO*?; (4) Existem diferenças entre o *CO* relacionado com a orientação sexual comparativamente ao *CO* relacionado com a identidade de género?

Diante da proposta de pesquisa, fundamenta-se aqui que, por intermédio da mesma, procura-se, por fim, contextualizar uma nova proposta de conhecimento baseadas no papel interpretativo do investigador, das informações bibliográficas recolhidas assim como as dos sujeitos entrevistados.

Contexto de investigação e participantes

A amostragem desta pesquisa, é designadamente uma amostra teórica, e isto é caracterizado, conforme Lima & Ferro (2014, p.20) pelo motivo de que “a amostra é selecionada em função da experiência que determinados sujeitos possuem do fenómeno que pretendemos estudar. Os sujeitos interessam ao investigador na medida em que representam o que é típico num fenómeno que ele pretende estudar.”

É importante salientar que os participantes da amostragem desta investigação foram selecionados com base na técnica de saturação, onde “o objetivo primacial é elaborar formulações teóricas diretamente a partir da análise empírica, sendo típicas da abordagem *grounded theory*, ou de uma teoria fundamentada em dados” (Glaser e Strauss, 1967 *cit in* Gonçalves et al., 2021, p.35).

Ainda conforme Glaser e Strauss (1967 *cit in* Gonçalves et al., 2021) pertinente a este estudo, nota-se que: “o investigador começa a desenvolver as suas análises após os primeiros movimentos de recolha de dados, selecionando deliberadamente os próximos informantes ou grupo de informantes para completar ou expandir a sondagem que realiza em uma área pouco conhecida” (p.35-36)

Mediante o abordado, caracterizam-se os participantes desta pesquisa: FP com nacionalidade portuguesa ou que, aquando do *CO*, vivessem em Portugal, não pertencentes à comunidade LGBT+, ou seja, cisgénero e heterossexuais, com idades acima dos 18 anos com filhos pertencentes à comunidade LGBT+ (não-cisgénero e/ou não-heterossexuais) que tivessem revelado a sua identidade a estas figuras. Inicialmente, o objetivo eram oito entrevistas

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

divididas de acordo com os diferentes tipos de *CO*, quatro relativas apenas à orientação sexual e quatro acerca do *CO* relativo à identidade de género.

Nas investigações qualitativas, de acordo com Gonçalves et al. (2021) não é o tamanho numérico da amostragem que faz a mesma ter ou não importância. A relevância dá-se em quem serão as pessoas e como as mesmas serão entrevistadas.

Denota-se ainda que, de acordo com Riley (1996 *cit in* Lima e Ferro, 2013) que “os processos até aqui referidos devem conduzir a investigação até o ponto de saturação teórica. Este ponto de alcançar-se com a realização de entrevistas em número que pode variar entre 8 a 24.” (p.12).

Desta forma, a amostra (cf. Tabela 1⁹) deste estudo é constituída por 7 sujeitos, dos quais 85.71% são mulheres e 14.29% são homens, todos cisgénero e heterossexuais, com idades compreendidas entre os 45 e os 58 anos (M=53.71; DP=4.46). Relativamente às nacionalidades, quase todos os participantes são portugueses, à exceção de um que tem dupla nacionalidade: brasileira e portuguesa.

Os participantes deste estudo encontram-se maioritariamente empregados (85.71%), existindo apenas um que se encontra desempregado (14.29%), tendo a maioria completado um mestrado (42.86%), seguida de duas pessoas que completaram uma licenciatura (28.57%), uma pessoa que completou o ensino secundário (14.29%) e finalmente um que concluiu um curso de técnico profissional (14.29%).

No que concerne à situação financeira, 57.14% dos participantes avaliam a sua situação como suficiente, sendo que 28.57% avalia como confortável, seguido de 14.29% que indica que é insuficiente.

Relativamente ao estado marital, todos se encontram casados, sendo que cinco residem num meio urbano, dois num meio suburbano e um num meio rural. No que diz respeito a

⁹ Ver Anexo 1 – Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica das figuras parentais participantes (p.54)

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

crenças religiosas, a maioria dos participantes identificou-se como católico (57.14%), seguido de nenhuma (14.28%), agnóstico (14.28%) e um que indicou “cristã/ciência” (14.28%).

Em termos de orientação política, 6 dos participantes identificam-se como ‘Mais à esquerda (liberdade e autonomia pessoal e política)’ enquanto 1 se identifica como ‘Mais à direita (disciplina, ordem social e política, costumes tradicionais)’.

Em referência aos dados sociodemográficos relativos aos/às filhos/as (cf. Tabela 2¹⁰) as suas idades encontram-se compreendidas entre os 16 e 30 anos ($M=24.00$, $DP=4.81$). Quanto à identidade de género destes/as, são divididos/as entre quatro cisgénero, dos quais dois mulheres e dois homens, e três trans*, sendo uma mulher, um homem e um não-binário. Quanto à orientação sexual estes/as indicaram como sendo homossexual/gay (42.86%), bissexual (28.57%), homossexual/lésbica (14.29%) e heterossexual (14.29%).

Aquando do momento de *CO* dos/as filhos/as, as *FP* tinham idades compreendidas entre os 41 e os 56 anos, sendo a média das idades de 48 anos ($M=48.00$, $DP=5.00$) comparativamente às idades dos/as filhos/as, compreendidas entre os 14 e 28 anos de idade ($M=19.00$, $DP=4.46$). Acrescenta-se ainda que a maioria dos participantes (85.71%) tinham dois/duas ou mais filhos/as, exceto um (14.29%) que tinha apenas uma filha, todos/as os/as participantes responderam que apenas tinham um/a filho/a LGBTQ+.

Este número de participantes levou o investigador a perceber a ocorrência de ‘redundância de informações’, e estas, serviram como método para saber se seria ou não necessário inserir mais participantes, pois, mesmo com este número de participantes - 7 - , nota-se que Gonçalves et al. (2021, p.38) , “os sucessivos participantes não manifestam novas formulações ideativas, mas apenas repetem, com outras expressões o que já havia sido comunicado ou constatado.”

¹⁰ Ver Anexo 2 – Tabela 2 – Caracterização sociodemográfica dos/as filhos/as das figuras parentais participantes (p.55)

Como a teoria fundamentada baseia-se principalmente nos dados recolhidos para determinar o resultado final, as descobertas estão intimamente ligadas a esses dados. Isso contrasta com outras abordagens de pesquisa que dependem mais de estruturas externas ou teorias que são mais afastadas dos dados.

Recolha de dados

Inicialmente, antes de proceder à entrevista, foi realizado um questionário para ser preenchido por pessoas pertencentes à comunidade LGBTQ+ de modo a recolher alguns dados sobre a sua experiência de *CO* a *FP*, quais os fatores que estes indicam ter tido impacto na reação das figuras no momento de *CO* e averiguar se alguma das suas *FP* estariam disponíveis para reunir posteriormente para a realização de uma entrevista.

Este questionário foi realizado através da plataforma *Typeform* no período de 15 de Janeiro até 16 de Fevereiro de 2022 durante o qual foram recolhidas 72 respostas e das quais 35 demonstraram interesse em serem contactadas tendo deixado um contacto (e-mail e/ou contacto telefónico).

Para chegar até à população-alvo deste primeiro questionário foram partilhadas em forma de *stories*¹¹ no Instagram e em *post*¹² no Facebook em grupos da comunidade LGBTQ+ e através da rede de contactos pessoais da investigadora, uma breve explicação do questionário e investigação bem como um *link* para o mesmo e posteriormente por efeito de redes de contactos.

Durante o decorrer deste período, foi realizado simultaneamente um guião orientador¹³ para as entrevistas tendo como referência o questionário elaborado por Costa (2021) sendo que foram adicionadas ou modificadas algumas perguntas, que, à luz da base teórica explorada, demonstraram ser relevantes, uma vez que a mesma “pode assumir diferentes graus de

¹¹ Ver Anexo 5 – Imagem para divulgação em formato *stories* no Instagram (p.67)

¹² Ver Anexo 6 – Imagem para divulgação em formato *post* no Facebook (p.68)

¹³ Ver Anexo 4 – Guião orientador de entrevista semiestruturada (p.63)

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

estruturação, dependendo do objetivo a que se destina” conforme afirmam as autoras Lima e Ferro (2014, p.21).

Após a recolha dos dados do questionário supracitado, todos os participantes que deixaram um contacto foram contactados ou através de email e/ou através de mensagem telefónica para averiguar se existia vontade por parte das FP de participar na entrevista. Nesta mensagem estava uma breve descrição da investigação e um *link* para uma plataforma para agendamento de reuniões, *Calendly*, oferecendo a possibilidade dos participantes marcarem uma hora que lhes fosse mais confortável para realizar a entrevista sem que houvesse uma troca de e-mails para encontrar uma hora favorável para os envolvidos. O período indicado para a marcação das entrevistas foi de 16 de Fevereiro a 31 de Março de 2022.

Esta tentativa de contacto de participantes resultou em muitas não respostas, respostas negativas ou falta de marcações, tendo um destes respondido “espero que consigas encontrar uma família mais cooperativa”. Desta forma, procedeu-se ao contacto da Associação AMPLOS através de um email e uma posterior chamada para explicação dos objetivos da investigação de modo a saber se existiriam FP ligadas à organização interessadas em participar nas entrevistas.

As entrevistas foram assim realizadas entre fevereiro e março de 2022, remotamente através da plataforma virtual *ZOOM* em horários pré-selecionados pelos participantes, sendo sempre de máxima importância que o participante se sentisse seguro e confortável e se encontrasse num sítio silencioso, com privacidade e boa ligação de internet. O facto da entrevista ter sido realizada remotamente possibilitou a participação de pessoas em diferentes localidades. As entrevistas foram gravadas em formato áudio, sendo depois transcritas, de 1 de Abril a 26 de Maio de 2022, para um documento *Microsoft Word*. As entrevistas duraram, em média, entre 41 minutos a uma hora e 43 minutos.

É necessário elucidar que antes de iniciar a entrevista, era solicitada pela pesquisadora e entrevistadora a autorização dos participantes para a gravação da entrevista e lembrados as

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

condições do consentimento informado. Após este momento, todas as entrevistas foram iniciadas com o preenchimento de um formulário¹⁴, construído no *Google Forms*, onde constava o consentimento informado e onde eram pedidos os dados sociodemográficos dos participantes e dos seus filhos. Este formulário continha informações sobre o estudo, bem como a garantia de confidencialidade e sigilo no que diz respeito à recolha e análise dos dados.

De modo a conseguir mais uma entrevista a uma FP de um sujeito trans*, foram ainda contactadas várias pessoas da rede de contactos pessoais da investigadora e posteriormente por efeito redes de contactos, mas, infelizmente, sem sucesso, tendo obtido as seguintes justificações: “Se fosse para me entrevistarem a mim estava tudo bem, mas os meus pais não se sentem confortáveis em falar sobre o assunto” ou “Os meus pais não aceitaram” e, um que reportou que havia deixado de falar com as FP.

Transcrição e análise dos dados

Os dados para este estudo apenas foram analisados após a recolha e transcrição de todas as entrevistas. Lembrando que, de acordo com Lima & Ferro (2014, p.26):

No processo de transcrição não há ainda lugar à interpretação das narrativas, pelo que aquilo que se escreve corresponde integralmente ao que foi dito pelos intervenientes na entrevista. Ouvindo a gravação, as palavras são colocadas por escrito, na sua totalidade, tal como foram faladas.

Após realizada a transcrição, o próximo passo centra-se na análise dos dados e “nesta primeira fase do processo há que organizar o material produzido durante o processo de recolha de informação. Isso implica em classificar e tornar acessível o material produzido.” de acordo com Gonçalves et al. (2021, p.130).

¹⁴ Ver Anexo 3 – Consentimento informado e questionário de informações sociodemográficas (p.56)

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Seguidamente inicia-se a análise dos dados com a codificação aberta, na qual todas as entrevistas foram transcritas, começando o processo de interação com o material recolhido, onde os mesmos serão compilados, comparados e analisados.

Lima & Ferro (2014) afirmam que é preciso executar uma constante comparação, pois esta é a base da *grounded analysis*. Isto deve-se à pesquisa ter como intuito conseguir constatar, desde o início do procedimento, uma análise comparativa e contínua, onde a mesma se encontra presente desde a recolha e separação até a análise de dados, visto que os dados devem ser sempre observados, visando a confirmação ou, se acaso for, a necessidade de uma nova categorização.

A primeira categorização far-se-á utilizando a ferramenta de edição *Microsoft PowerPoint*, onde cada questão será separada, conforme entrevistado e dar-se-á início à primeira codificação, onde será teorizado acerca dos primeiros fenómenos observados e as reflexões que os cercam (Gonçalves et al., 2021)

Para a codificação aberta efetuada, foi escolhida a unidade de análise denominada linha-a-linha, como sugerido pelas pesquisadoras Lima & Ferro (2014), uma vez que esta é a que manterá o investigador muito mais próximo do sentido das narrativas estudadas, mesmo que a linha escolhida seja pequena, a mesma sempre está inserida em um parágrafo, um contexto maior que possa ser revisto para que não ocorra desvios de essência dos significados das quais se procura conhecer.

Ainda conforme os autores acima citados, fazer questões e estabelecer comparações são dois processos que devem ser sempre utilizados na codificação aberta, desta forma serão apontados agrupamentos de categorias, e as que foram encontradas em princípio formam: 1) Conhecimentos acerca da população LGBT; 2) Conhecimentos de *medias* e eventos LGBT e influências; 3) O *CO* e a sexualidade; 4) *CO* e processos temporais da aceitação parental; 5)

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Amizades e relacionamentos; 6) Redes de apoio familiar – FP e filhos/as; 7) Visibilidade em família; 8) Influências externas; 9) Mudanças pós *CO* e, por fim, 10) Aceitação Parental.

De seguida, visando procurar relações entre as categorias encontradas na codificação aberta linha-a-linha, a informação foi organizada numa tabela¹⁵ construída no programa *Miro* de modo a ter uma construção visual que permitisse facilitar a codificação axial. Após esta disposição, foi possível identificar subcategorias e agregar padrões semelhantes visando facilitar a análise das mesmas: 1) Conhecimento LGBT+: eventos e media - pré e pós *CO*; 2) *CO*: Educação sexual pré *CO*, Conjuntura e o durante *CO* e Processo; 3) Amizades e relacionamentos: família, amigos/as e relações dos/as filhos/as; 4) Sociedade, preocupações e violência; 5) Procura de apoio: para as figuras parentas e para os/as filhos/as; 6) Influências: Religião e orientação política; 7) Mudanças, e por fim, tendo como categoria central identificada: Aceitação parental.

Neste momento, deve-se acentuar que, conforme Lima & Ferro (2014, p.32):

[...] o investigador não deixa de emprestar a todo este processo um treino e uma visão aguçada que a sua bagagem teórica o ajudou a desenvolver. Ele é um elemento participante do processo de interpretação dos dados, facultando a toda a análise a sua sensibilidade teórica.

Pós período de agrupamentos e primeiras análises, fundamentadas pelas bases teóricas recolhidas, deve-se prosseguir para, de facto, a interpretação e análise dos dados em profundidade.

Interpretação e análise dos dados

Primeiramente, não foi observada nenhuma influência dos seguintes dados sociodemográficos na aceitação parental: idade, identidade de género e orientação sexual, nível de escolaridade concluído e área de estudo, estado civil, situação profissional, nacionalidade e

¹⁵Ver Anexo 7 – Mapa de análise de dados (p.69)

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

situação financeira. Os demais dados são analisados conforme categorias, divididas e apresentadas anteriormente na metodologia de pesquisa, e apresentados abaixo.

1) Conhecimento LGBT+

O conhecimento sobre a sigla LGBTI+ e a população associada entre as FP, que na maioria dos casos apenas procuraram conhecimento após o *CO*, foi reduzido na sua maioria a estas saberem o significado de cada uma das letras, associando-as a cada uma das comunidades a estas vinculadas.

No entanto, uma consequência positiva que o *CO* de um filho teve no conhecimento de uma FP, foi o caso da Alice em que a revelação da homossexualidade do filho a motivou a procurar conhecimento a nível académico:

Além também tenho o meu, fiz o meu mestrado relativamente às mães e pais sobre o ativismo social e político das mães e pais com filhas LGBT, entrevistei-as, portanto, conheço alguns filhos e filhas e portanto, acho que, agora acho que tenha bastantes conhecimentos.

1.1) Eventos

Relativamente à participação em eventos LGBTI+, antes do *CO* existe apenas uma FP, Flor, que esteve presente uma parada LGBTI+:

Aliás, quando fomos a primeira vez à parada, eu achava que ela ia por uma questão de conhecimento e de trabalhos escolares que ela tivesse a fazer e de querer saber, nunca (pausa) ou melhor, não achei que fosse por uma identificação dela com outro (hesita) outro género ou outros (pausa) outra situação.

Após o *CO*, a maioria das FP passaram a frequentar eventos LGBT+ como é o caso da Alice:

Nas marchas do orgulho, em conferências, conferências internacionais que se realizaram aqui em Portugal, nacionais e internacionais, reuniões de mães e pais, a

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

debates, vou a palestras (pausa) durante este, desde, desde 2010 [CO do filho] até aqui tenho, portanto, tenho participado bastante em tudo o que houver por aí.

No entanto, observa-se que a frequência ou quantidade de eventos não é alta na maioria dos casos.

Existe uma FP que afirma ter interesse em participar, no entanto, por viver num meio rural, nunca participou em nenhum evento ou esteve num ambiente LGBTQ+. Nota-se aqui, em todas as entrevistas com as FP, a única influência geográfica em toda a pesquisa. Por fim, consta apenas uma única FP que nunca participou em nada mas também não demonstra interesse em participar. Desta forma, nas entrevistas realizadas, não foram apontados impactos nem positivos ou negativos na participação de eventos ou ambientes LGBTQ+.

1.2) Media

Em dois casos, as FP já tinham estado expostas durante a sua vida a artistas LGBTQ+, como o caso do Gustavo:

Não teve um impacto assim muito grande, não (pausa) porque devido à minha geração não teve, não teve tanto, tanto (pausa) minha geração não tinha muito, muito impacto sobre isso, não tinha muita (pausa) como que hei-de dizer, não tinha muita briga por causa disso, a minha geração (hesita) porque eu cresci com Freddy Mercury, não sei se você conhece no Brasil, Legião Urbana, Cazuza, então para gente naquela época era natural.

As restantes FP começaram a consumir *media* com temáticas LGBTQ+ após o CO dos/as filhos/as e este consumo teve um impacto positivo como, por exemplo, no caso da Flor:

Olhe, à partida, foi sempre aceitação (pausa) depois em questão de educação que eu tive (pausa) inicialmente, não é que me chocasse mas pronto, não estava dentro dos meus padrões de educação que eu tinha recebido e daí, lá está, tive que me adaptar, abrir um bocadinho mais para compreender.

E no caso da Alice:

O impacto foi que comecei, a minha mente começou-se a abrir mais, ou seja, o meu (pausa) ou seja, eu vejo isto como, eu antes via o mundo a preto e branco e a partir comecei a abrir a minha mente, a interessar, a interessar-me por esse temas o mundo começou, começou a ficar com muitas cores, ou seja, não existe só preto no branco, o mundo tem muitas cores!

2) *Coming Out*

2.1) Educação sexual pré *CO*

Observa-se que a falta de conhecimentos relativos à comunidade LGBTI+, nomeadamente sobre orientação sexual e identidade de género bem como de relacionamentos homoafetivos, tenha afetado a educação sexual, inclusive conversas mais abertas e francas sobre sexualidade dos/as filhos/as, visto que estes ou não conversaram sobre sexualidade ou, na maioria, falaram sobre assunto sempre dentro de parâmetros cisheteronormativos. Mariana afirma: “Sim, desde sempre, desde pequenina, que sempre falei sobre sexualidade até a revelação nunca achei, achei que ela estava sempre dentro dos padrões heterossexuais.”

Mesmo quando as FP tinham suspeitas ou após terem tido uma tentativa de contar por parte dos/as filhos/as, estas não só não procuraram conhecimento ou apoio precocemente como a maioria, no caso de suspeita, não questionaram diretamente procurando saber por terceiros (*e.g.*, irmãos). No caso das tentativas de contar, duas figuras parentais revelam que antes do *CO* os/as seus/suas filhos/as tinham tentado abordar o assunto mas num caso não foi ouvido com seriedade e no outro a informação foi respondida com um comentário bifóbico, revelando falta de conhecimento. Como refere a Júlia:

Eu não sei precisar muito bem, porque houve uma primeira abordagem que ela nos fez em Dezembro de 2019 (pausa) mas foi num contexto de saída com os amigos e foi uma mensagem e até pensei, porque sempre teve imenso sentido de humor, pensei “OK, é

mais uma brincadeira” (pausa) depois, então mais tarde meses, uns mesitos mais tarde, percebemos que não, que aquilo não era brincadeira, foi uma primeira abordagem para apalpar terreno.

No caso do Gustavo, houve uma tentativa de contar pela filha à esposa que foi recebida com um comentário preconceituoso que demonstra bifobia:

Teve um caso quando ela era bem mais nova que a minha esposa que veio falar comigo, “Olha aconteceu isso e isso e eu falei para a Eduarda decidir o que ela é, uma coisa ou a outra” e depois esse assunto ficou parado durante muito tempo, nunca mais abriu sobre o assunto.

2.2) Conjuntura e o durante CO

Considerando o momento durante o CO, foram identificadas três divisões entre as FP, positivas como a Ana:

Foi um momento muito bom (pausa) para nós os dois e, e foi, não foi nada, não, não foi assim um momento dramático nem sofremos com isso, não (pausa) foi, foi bom e ele depois logo a seguir “Ai tenho tanta coisa para te contar!” e eu também queria saber e foi bom.

Reações neutras como a Sofia: “Mas não, não foi nada que me espantasse porque já estava (pausa) estava à espera, mas também não (pausa) não fiquei chocada, não foi, foi tranquilo”.

Dentro das reações negativas citadas pelas FP encontram-se: pânico, choque, medo, sentimentos de perda, saudade, tristeza e confusão. Apesar de todos estes sentimentos e reações, as mesmas oferecem demonstrações de apoio, como relatado pela Júlia:

Ai, foi um turbilhão de emoções, sentimentos, pensamentos, medos, muitos medos, ah medo do desconhecido, essencialmente, o medo do desconhecido (pausa) foi, foi, discutimos, não foi assim uma conversa muito pacífica, não, até porque eu agora

percebo, vamos lá a ver uma coisa: nós somos confrontados com a situação, mas aquela pessoa que está ali à nossa frente já vinha lidando com essa situação há muito tempo, ou seja, aquela frase que eu há pouco disse que, que agora sei que não se deve dizer que isso é uma fase, eh pá para aquela pessoa foi (pausa) deve ter sido horrível, imagino que deve ter sido horrível, portanto, acabou por haver ali uma troca de galhardetes e houve muito choro, houve muito choro (pausa) só que, claro, eu tivemos o discernimento de parar, pensar e “OK, vamos procurar ajuda”.

2.3) Processo

Relativamente ao período de tempo até a aceitação parental, a maioria das FP refere que a aceitação foi imediata, como a Alice afirma: “Pronto, o período de aceitação [...] logo desde o primeiro dia, desde que nasceu, portanto, tinha que aceitar nada, tinha mais é que respeitar, não é?”.

Houve apenas duas FP entrevistadas que referem um período diferente. A Mariana refere que “A minha fase de negação só durou 2 dias, portanto.” enquanto a Júlia menciona que o processo de aceitação dela demorou

Talvez uns 3 meses [...] tivemos, portanto, começamos a pedopsiquiatria em Julho, portanto, tivemos consulta Julho, Agosto, Setembro (pausa) se calhar em Outubro, eu comecei a perceber que “OK, não é uma fase, definitivamente não é uma fase, é mesmo” e pronto, e aí comecei o meu *coming out* também.

3) Amizades e Relacionamentos

Sobre quem tem conhecimento da identidade LGBTI+ dos/as filhos/as, as FP nomeiam a família nuclear, família estendida, colegas de trabalho e amigos como a Júlia menciona: “Já toda a gente sabe [...] eu preferi que as pessoas soubessem por mim, do que virem a saber por terceiros e depois não, não saberem até como me questionar sobre o assunto.”.

3.1) Família

Quando questionadas se alguma vez pediram para o/a filho/a não contar que era LGBTI+, a maioria das FP responderam negativamente. No entanto, houve algumas FP que referiram determinados momentos em que de facto pediram que os/as filhos/as não revelassem a sua identidade referindo motivos como proteção dos avós como o caso da Sofia que durante a entrevista refere: “[Os avós] Sabem, mas foram os últimos a saber e foi mais difícil (hesita) pronto, não, não aceitam tão bem, aceitam a neta, mas não aceitam a situação.”.

Para além dos avós, dos restantes membros familiares, três FP mencionam o processo de aceitação dos cônjuges que enfrentaram com alguma dificuldade, como a Alice relata um almoço em que o marido:

Não almoçou, saiu da mesa, foi para o quarto chorar muito, chorar muito: “Porque é que ele me fez isso?”, “O que é que vai ser dele?”, “Isto é uma vergonha.”, “Ele não vai arranjar emprego.”, “Não vai ser ninguém na vida.”, “Nós damos-lhe tudo, nós damos-lhe tudo, porque é que nos fez isto”, ou seja, ou é como se filho fosse, ele é gay porque é como foi um ato de, de rebeldia [...] o meu marido, não, não é, não é não, não gosto da palavra aceitar (pausa) não entendia o que se estava a passar, não entendia o que era ter um filho gay e não o respeitava.

A nível de conversas sobre o que seria ou não aceitável em termos de normas, a maioria das FP refere que nunca conversaram sobre regras ou limites sendo que a única resposta divergente está relativa aos medos, receios ligados à sociedade do que realmente a regras impostas dentro de casa.

Na maioria dos casos não há mais ninguém na família que seja LGBTI+ para além dos/as filhos/as das figuras entrevistadas, ainda que algumas delas tenham suspeitas de alguns familiares, como refere a Mariana: “Eu não conheço (pausa) mas tenho sérias dúvidas em relação a algumas situações (pausa) mas as pessoas não se assumem.”. Isto revela que as

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

famílias não falam sobre estes assuntos. Por outro lado, nas famílias em que há mais pessoas LGBTI+ não foi notado que a existência destas tenham tido um impacto na reação ao *CO* dos/as filhos dos/as entrevistados/as,

3.2) Amigos/as

Referente às amizades das FP, a maioria informa ter mantido com pessoas LGBTI+ no seu passado como o caso da Ana: “Mas ao longo da minha vida, eu conheci, tive amigos gays e assim, mas quando era jovem tinha um amigo, que fazia parte do nosso grupo de amigos, e convivemos naturalmente”.

Quando questionados sobre conhecerem outras FP com filhos/as LGBTI+, a maioria dos/as entrevistados/as afirmam conhecer, sendo que a maioria destas figuras faz parte da associação de mães e pais AMPLOS que conheceram após o *CO* dos/as filhos/as. A Mariana afirma que: “É o que eu mais conheço, (ri) porque nesta associação AMPLOS, somos todos pais e mães de pessoas LGBT, todos, todos, todos, todos, portanto, eu conheço muita gente, sim (pausa) antes, antes disto, não conhecia, não conhecia ninguém, ninguém.”

A Júlia adiciona ainda que “É engraçado que a pandemia trouxe estas coisas de boa, de bom, porque se não fosse a pandemia, estes encontros de pais e mães, se calhar nunca se tinham, nunca tinham começado a ser online.”

Das FP que afirmam não conhecer outras figuras com filhos/as LGBTI, duas não têm interesse em conhecer e encontra-se ainda a Ana que, novamente, por viver num meio rural, não teve a oportunidade de o fazer, demonstrando interesse em conhecer.

3.3) Relações dos/as filhos/as

Quando entrevistados sobre relacionamentos, quatro das FP entrevistadas informaram que os/as filhos/as tiveram em relacionamento cisheteronormativos pré *CO*, o que pode ter funcionado como uma confirmação de expectativas de que os/as filhos/as eram normativos e,

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

que depois esta é uma visão destruída aquando do *CO*, independentemente de ser um *CO* relativamente à orientação sexual ou identidade de género. Júlia, por exemplo, afirma:

Antes da revelação, sim (pausa) teve uma namorada [...] Aliás, esse relacionamento, agora eu fazendo uma retrospectiva e já sabendo como é que as coisas funcionaram na cabeça dela, eu acho que isso relacionamento foi um bocado daquela fase do tentar contrariar (pausa) o que sentia porque houve essa fase, que tentou contrariar o que já sabia que era.

Após o *CO*, todas os/as filhos/as que apresentaram às FP parceiros/as com quem mantinham relações, sejam estas homoafetivas ou não, todas aceitaram os relacionamentos e demonstraram respeito e aceitação em suas casas. O mesmo se passa relativamente às amizades dos/as filhos/as com pessoas LGBTI+.

4) Sociedade, preocupações e violência

Relativamente a preocupações acerca da vida social existe uma divisão entre FP de filhos/as com identidades LGB e identidades trans*, sendo que as FP cujos filhos são LGB relatam não ter nenhuma preocupação a este nível, como é o caso da Alice: “Olha, eu (pausa) nenhuma [...] porque nós temos leis que nos protegem”.

No entanto, no caso das FP com filhos/as trans*, estas referem um medo na falta de aceitação e/ou existência de estigma no local de trabalho. A Júlia inclusive expressa exatamente esta diferença uma vez que a filha é trans* e se encontra em questionamento:

Em relação à orientação sexual não me preocupa, assim muito, acho que na casa de cada um, cada um sabe o que é que faz e ninguém tem nada com isso (pausa) o facto de ser transgénero (pausa) tenho algum receio que haja algum estigma, principalmente para algumas profissões.

Na continuação, relativamente às preocupações sobre circunstâncias sociais, a maioria das FP referem violência física e/ou psicológica bem como ações homofóbicas como as suas

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

maiores preocupações, existindo ainda uma FP que refere que se encontra preocupada com o clima político em Portugal: “As pessoas homofóbicas, que estavam escondidas de vergonha, se calhar de certas dizer e de certas atitudes, agora com pessoas de extrema-direita que, que lhes dão motivos para sair lá do seu, para abrir a boca (pausa) preocupa-me.”

Algumas das estratégias aplicadas pelas FP para lidarem com estas preocupações e o medo que sentem é, por exemplo, no caso da Alice, que pesquisa se os países para os quais o filho planeja viajar têm leis anti LGBTQ+, um medo partilhado por outra FP. Algumas destas apontam ainda que oferecem sugestões básicas de segurança aos/às filhos/as.

Um outro ponto em comum entre todas as FP é o medo de os/as filhos/as sofrerem violência física e/ou emocional, como demonstra a Júlia:

Tenho mesmo medo é que lhe façam mal (pausa) é o meu maior medo é esse (pausa) físico, mal, físico (pausa) físico depois é óbvio que afeta o psicológico também, não é? Mas, isso é que eu tenho medo, isso é que me assusta.

Conclui-se que o maior medo das FP é a não aceitação dos/as filhos/as trans* pelo mercado de trabalho, a violência geral, a homo e transfobia por parte da sociedade. Dentro dos menores medos apresentados é que os filhos frequentem festas ou paradas LGBTQ+ sendo que a maioria os incentiva a participar deste tipo de eventos, bem como, o medo de que estes tenham tido experiências de *bullying* na infância e/ou adolescência devido à identidade LGBTQ+ dos/as filhos/as sendo nenhuma FP relata eventos em que o mesmo tenha ocorrido.

Relativamente à reação que as FP tomam quando na presença de um comentário e/ou piada sobre pessoas LGBTQ+, todas elas escolhem agir. Um exemplo do tipo de ação tomada é o caso da Mariana:

Ai eu não aceito, e digo logo “Então mas o que é isso? As pessoas já não são assim.” (pausa) pronto, não sou brusca nem violenta, mas digo não (pausa) acho que não é

tolerável na nossa sociedade ter essas conversas homofóbicas (pausa) e as pessoas ficam assim a olhar para mim “Ah OK”, pronto, para então com a conversa, não é aceitável.

5) Procura de apoio

O *CO* levou a que algumas das *FP* sentissem a necessidade de procurar ajuda e/ou orientação para si mesmas e para os/as seus/suas filhos/as. Quando questionados acerca da necessidade de procurar ajuda e/ou orientação, as respostas dividiram-se em duas secções, uma de procurar ajuda/orientação para as próprias *FP* e outra para os/as filhos/as.

5.1) Para as figuras parentais

Sobre a necessidade de procurar ajuda e/ou orientação para as *FP*, a maioria destas refere que não procurou uma vez, que não sentiu a necessidade até à data da entrevista de procurar, alguns acrescentando que quando têm dúvidas recorrem aos próprios filhos na procura de respostas, como é o exemplo da Flor:

Não, é assim, eu normalmente quando quero e faço muitas pesquisas, muitos géneros, de muitos temas, normalmente pesquiso e vejo (pausa) depois, quando tenho dúvidas falo com a minha filha porque eu acho que é a pessoa que está mais informada e será aquela que melhor me poderá esclarecer.

No entanto, das *FP* que responderem afirmativamente a terem sentido necessidade de procurar ajuda e/ou orientação para si, enumeraram diversos serviços como psicologia, psiquiatria e apoio entre pares através do grupo de apoio para pais e mães com filhos/as *LGBT+*, *AMPLOS*. Júlia pontua:

Aliás, foi aquela psicóloga com que eu falei, a segunda psicóloga com que eu falei que me disse “Olha, há um grupo de pais e mães que é a *AMPLOS* e se calhar devias falar” e eu procurei [...] portanto, eu, a partir do momento que, que procurei e que aceitei participar, foi porque, ensinem-me a lidar com a situação (pausa) porque eu sabia que ia encontrar ali pessoas que já tinham passado pelo mesmo processo que eu, que já iam

num processo muito mais avançado e que, se calhar me iam ajudar a desmontar e a desmistificar algumas dúvidas e algumas coisas que eu sentia.

5.2) Para o/a(s) filho/a(s)

Em termos de procura de orientação para os/as filhos/as, a maioria das FP referem não ter procurado nenhum tipo de orientação, no entanto, referem que os/as filhos/as estão a receber acompanhamento psicológico que estes/as últimos/as o procuraram por si mesmos/as.

Sofia: “Não, porque ela (hesita) eu não procurei, ela que procurou (pausa) portanto, eu quando cheguei pronto, já, já ela estava (hesita) achou que (hesita) que seria importante ter um acompanhamento.”

Algumas das FP referem que o motivo que levou os/as filhos/as ao acompanhamento psicológico não foi unicamente ou exatamente por motivos de *CO* mas adicionam que provavelmente foi um tema falado não tendo a certeza porque não sabem o que se passa nas consultas. Por exemplo, quando Flor afirma:

Não. A minha filha... É assim, ela tem alguns problemas de saúde principalmente após a morte do irmão ela foi acompanhada em psiquiatria. E a partir daí, pronto, acho que não teve a ver propriamente com a sexualidade dela, mas teve a ver com ela como pessoa num todo e depois dentro das consultas, eu não sei o que é que é abordado.

As restantes três FP procuraram de facto orientação e ajuda para os/as seus/suas filhos/as, como consultas de psicologia, psiquiatria, pedopsiquiatria, psicologia escolar e, também, grupos de jovens LGBTI+. Houve um caso em particular em que a saúde mental do filho da entrevistada, Alice, piorou após o *CO* conforme indicativos apresentados pela própria como reação e comportamento homofóbico por parte do cônjuge: “Lidei, é que tive de lidar com a saúde mental do meu filho, lidar com homofobia dentro da minha casa, lidar com a, com a família, como que ia a ser, como é que ia ser?”

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

No entanto, a mãe tentou educar o pai “arrastando-o” para a associação de pais e mães, conferências e palestras, bem como procurou ajuda psicológica para o filho: “O pai gostava muito dele, apesar de ele não entender o que era ter um filho gay e eu também comecei a aprender algumas coisas e transmitir para ver se eu conseguia abrir a mente dele.”

Na sequência, Alice aborda:

Encontrei um psiquiatra certo para o meu filho. Encontrei. Logo na primeira consulta eu falo em primeiro, não é? Falei em primeiro e disse “Olha, ele é homossexual” porque não sabia se tinha algum relacionamento com a doença mental dele, podia estar relacionado que não estava a perceber.

No entanto, o feedback do psiquiatra do filho informou que o mal estar dele não tinha a ver com ser homossexual, o que pode ter sido gerado por fatores e gatilhos externos.

6) Influências

Considerando a possível interação de fatores externos, estes estão divididos entre religião, orientação política e redes sociais, as quais serão abordados a seguir.

6.1) Religião

A maioria dos participantes não apontam a religião ou a falta da mesma, como tendo tido algum tipo de influência na reação ao *CO*. Apenas um participante, Gustavo, afirma que a sua falta de tradicionalidade na sua visão de religião teve uma influência positiva: “Acho que positivamente, porque a religião em si já é tão tradicional que ela, fechada, ela não evolui, ela não aceita as mudanças e, por isso, que eu não sou tão religioso tradicional assim.”.

6.2) Orientação política

Embora a maioria dos participantes se identifiquem com o posicionamento dos partidos alinhados à esquerda, todos os participantes negaram a influência da sua orientação política na reação ao *CO*. No entanto, uma participante relatou que o *CO* levou a que esta passasse a ter

mais interesse na política de modo a poder defender a população LGBTI+. Alice, por exemplo, cita:

Sim, influenciou a minha aprendizagem sobre a política, mas não tem nada a ver com a orientação sexual, quer dizer, teve, teve, teve e não teve (pensando) ah teve porque comecei a perceber a importância da política para defender os direitos da, das pessoas, e comecei a fazer ah (pausa) os ideais políticos com quem me identificava mais, [...] aqueles que seguem mais o direito individual de cada pessoa.

6.3) Redes sociais

Por fim, a maioria dos participantes não indicaram que as redes sociais tivessem tido impacto na reação ao *CO*, no entanto, uma participante relatou que teve um impacto positivo pois viu mais pessoas a passar pelo mesmo processo do filho. Mariana pontua:

Ah, portanto, influenciou positivamente, porque o meu filho, às vezes, antes de nos revelar, que era trans, tirava umas fotos e enviava para determinado, determinado site, site, não era site, por exemplo, sempre no Instagram para determinado utilizador no Instagram e eu queria ver [...] depois procurei outros, outras, porque depois aparecem outras utilizadores, procura ver outras, outros utilizadores mesmo antes de saber que ela era trans, para ver o que é que existia, portanto, chamou-me à atenção para saber o que é que existia e, e influenciou-me, talvez sim, positivamente, não negativamente, porque eu coisas que não me agrada, eu deixo de seguir.

Já uma outra participante, Alice, que por um lado diz ter tido um impacto negativo devido a ter encontrado muita informação errada e pela dificuldade em encontrar fontes seguras e verídicas, mas simultaneamente uma influência positiva, pois no final, conseguiu achar o que precisava:

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Olha, sim (pausa) no início, no início a gente vai à Internet pesquisar como pesquisei e no início só encontrava coisas que me preocupavam [...] não é como é agora [...] e felizmente encontrei depois uma página que, que me agradou mais, pronto foi isso.

Ela ainda afirma que: “Mas eu parei com as redes sociais. É um perigo, porque, porque as pessoas estão à procura de uma resposta e lá encontra-se de tudo sem veracidade nenhuma, não é?”

7) Mudanças

Relativamente às mudanças que ocorreram após o *CO*, a maioria das FP afirmam que houve uma melhoria na relação entre filho/a e FP, sendo que as restantes constam que a sua relação não sofreu nenhuma alteração.

Considerando as conversas que as FP e os/as filhos/as têm no momento presente sobre as suas identidades LGBTI+, todas as figuras mencionam que falam sobre estes temas e, apesar das conversas na maioria das vezes serem iniciadas de modo igual por ambas as partes, algumas figuras referem que elas iniciam mais vezes devido à sua própria curiosidade.

Quando questionadas sobre como tem sido passar por este processo, a maioria das FP indicam que foi normal e/ou natural sendo que as restante indicam enriquecimento, crescimento e conhecimento como a Júlia afirma:

Mudou a minha maneira de olhar o mundo, também (pausa) porque estávamos, naquela do trivial do heteronormativo, estas palavras que eu aprendi recentemente, imensas expressões que eu desconhecia até que existiam (pausa) comecei a ver as coisas de outra maneira [...] tenho aprendido imenso e, e cada vez mais.

Adicionando ainda que:

[...] descobri que tinha uma alma da ativista sem saber (ri) [...] Eu achava que não era nada ativista, descobri que sou ativista, sou uma defensora de tudo e quero muito, eu

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

neste momento quero, quero ajudar outros que já tenham, como, como me ajudaram a mim e como ensinaram a mim tanta coisa e tanta, tanta forma de ver o mundo.

Das FP que indicam um processo de aprendizagem, estas referem ainda pensamentos como dor e contradição como afirmado pela Mariana: “Olhe tem sido, por um lado, doloroso porque houve momentos de dor e de, contraditórios, sentimentos contraditórios, mas, por outro lado, sinto que cresci imenso”.

Relativamente a como gostariam que tivesse sido o processo, a maioria das FP não desejam que o processo tivesse sido diferente, outras FP mencionam que gostariam que o *CO* tivesse sido realizado pelos/as filhos/as mais cedo e uma outra FP que desejou que tivesse sido com menos homofobia, a Alice: “Não me custou nada, não me custou nada ter um filho homossexual (pausa) custou-me foi na parte de, de, de, de enfrentar a homofobia em casa, sociedade e a família, isso sim.”

Finalmente quando questionados sobre as expectativas futuras que têm para os/as filhos/as as FP referem que as mesmas não mudaram após o *CO* dos/as filhos/as, sendo que mantém os desejos de felicidade, sucesso profissional, futuro amoroso saudável como expresso pela Júlia:

Eu quero que a minha filha seja feliz, que a minha filha encontre alguém que ame, que a ame, que a respeitei e que ela respeite a outra pessoa também (pausa) quero que possam ter uma vida normal como qualquer outro casal heteronormativo (pausa) as minhas expectativas é que ela seja feliz, que se sinta realizada profissionalmente e que possa fazer tudo aquilo que ela deseja fazer e que o consiga fazer sem ter, que o facto de ser trans não seja um obstáculo.

Discussão

Observou-se, mediante as análises efetuadas das entrevistas sob a perspetiva bibliográfica que a participação em eventos ou ambientes LGBT+ e estar em contacto com

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

media com temáticas LGBT+ é bom para o conhecimento acerca da comunidade e as suas realidades.

Os resultados desta pesquisa demonstram a importância da construção de um modelo que ajude as FP a navegar e a aceitar as identidades LGBT+ dos/as seus/suas filhos/as, uma vez que aquando do *CO* dos/as filhos/as, algumas FP sentem a necessidade de procurar apoio psicológico, emocional e social, bem como conhecimento durante o processo de aceitação.

É devido à necessidade de apoio e à falta de conhecimento apontadas que se conclui a necessidade de fornecer às FP de pessoas LGBT+ programas psicoeducativos e de prevenção com foco na liberdade e direito dos/as filhos/as autodeterminarem a sua identidade, aceitação e afirmação por parte das FP das identidades dos/as filhos/as, consciencialização sobre o possível impacto da sua aceitação-rejeição na vida dos seus filhos LGBTI+ e apoio para as FP no processo, tal como Oliveira et al. (2012) menciona que

é importante preparar sistemas de prevenção para esta comunidade podendo os/as profissionais da psicologia ter um importante papel a desempenhar nomeadamente na intervenção e na educação de crianças, adolescentes e encarregados/as de educação sobre as questões LGBT, no sentido da desconstrução de mitos e preconceitos. (p.96)

Apesar do progresso em direção à igualdade de direitos da comunidade LGBT+, nota-se que a comunidade trans* ainda sente dificuldades na aceitação por parte da sociedade pelo que as FP de filhos/as trans* demonstram ter necessidades e preocupações diferentes das FP de filhos/as LGB relativamente ao processo de aceitação.

Observa-se ainda que todos os casos relacionados com identidade de género estão também relacionados com orientação sexual, uma vez que ou há um primeiro *CO* relacionado com orientação sexual e posteriormente de identidade de género ou então o contrário. Isto indica que estas tenham tido mais do que um *CO* no percurso do desenvolvimento das suas identidades e conseqüentemente diversos processo de aceitação.

Limitações

Já referido anteriormente, a primeira limitação encontrada foi a recolha de entrevistas a FP com filhos/as trans*, sendo que foi impossível recolher o total de entrevistas pretendido a esta população devido à falta de abertura e colaboração por parte das mesmas. Uma vez que as próprias pessoas com identidades trans* se encontravam disponíveis para participar da pesquisa o que demonstra interesse de participar.

Pode ser difícil abordar adequadamente tópicos relacionados tanto a pessoas LGB quanto a indivíduos trans*, uma vez que as experiências tanto dos próprios indivíduos como as das suas FP são diferentes quando se trata de orientação sexual e identidade de género, como observado pela pesquisadora na procura de referências académicas para a sustação da pesquisa efetuada.

No caso das pessoas com identidades trans* que tiveram um primeiro *CO* relativo à orientação sexual, este pode ter influenciado o processo da aceitação parental relativa ao segundo *CO*. O mesmo pode acontecer no caso da filha trans* cujo primeiro *CO* foi relativo à identidade de género e se encontra em questionamento da sua orientação sexual.

A amostra foi voluntária, o que pode ter levado a alguns vieses. Os participantes geralmente demonstraram atitudes neutras ou favoráveis em relação às pessoas LGBT, no entanto, mencionam os seus cônjuges cujas experiências perante o *CO* dos/as filhos/as foram mais desfavoráveis. Mesmo quando a pesquisadora tentou averiguar a possibilidade dessas figuras participarem, nenhuma demonstrou interesse em ser entrevistada. Deste modo, os dados deste estudo podem representar apenas FP com atitudes e opiniões neutras a favoráveis em relação à população LGBT e à experiência de *CO*, o que facilitou o seu processo de aceitação.

É ainda possível que o viés de desejabilidade social tenha desempenhado um papel no que as FP decidiram partilhar acerca das suas opiniões passadas e presentes, bem como na recuperação da memória acerca das reações tidas no momento de *CO* dos/as filhos/as.

Pesquisas futuras

Este breve estudo acerca dos processos de aceitação de filhos/as LGBTQ+ por parte FP cisgénero e heterossexuais tem como objetivo descrever o processo de aceitação através da descrição do mesmo. No entanto, a falta de estudos acerca da perspectiva parental sobre a população LGBTQ+ e como ajudar no processo de aceitação é reduzida, em geral, mas ainda mais minorada, em específico, na população trans*.

Sendo que a base da pesquisa em saúde mental LGBTQ+ está enraizada no modelo de stress de minoria (Meyer, 2005; Hendricks e Testa, 2012), que descreve o stress crónico que esta população sofre por viver numa sociedade cisheteronormativa que discrimina a comunidade LGBTQ+ em geral e cada vez mais a população trans* em particular, é necessário que sejam realizados mais estudos que investiguem quais os fatores protetivos e modos de prevenção das consequências negativas do stress crónico nas saúde mental destes indivíduos.

É ainda imperativo realizar um estudo com a interseção entre identidades LGB e trans* uma vez que como observado as pessoas trans* nesta pesquisa tem identidades LGB e trans* tendo necessidades específicas. Uma vez que a maioria das pesquisas se foca na população LGB e depois as restantes (poucas) focam somente nas pessoas trans* seria necessário realizar um estudo, uma nova teoria que abarque ou explique tais fenómenos observados pela pesquisadora sobre a intersecção destas duas identidades e, se acaso existe, alguma especificidade na aceitação parental relativa a essa.

Referências

- American Psychiatric Association. (APA, 2014). *DSM-5–Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (5ª Ed.). Climepsi editores.
- American Psychological Association. (APA, 2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American psychologist*, 70(9), 832-864. <https://www.doi.org/10.1037/a0039906>
- American Psychological Association. (APA, 2021, Setembro 13). *Guidelines for psychological practice with lesbian, gay and bisexual clients*. Em APA. Retirado a 20 de fevereiro, 2022, de <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/guidelines>
- AMPLOS. (2012, Outubro 19). *AMPLOS*. Retirado a 22 de março, 2022, de <https://amplosbo.wordpress.com/about/>
- Associação para o Planeamento da Família. (APF, s.d.). *Educação Sexual | Associação para o Planeamento da Família*. Em APF. Retirado a 28 de fevereiro, 2022, de <http://www.apf.pt/educacao-sexual>
- Belmonte, L. A. (2021). *The International LGBT rights movement: A history (New approaches to international history* (1ª ed.). Bloomsbury Academic.
- Bilodeau, B. (2005). Beyond the gender binary: A case study of two transgender students at a midwestern research university. *Journal of gay e lesbian issues in education*, 3(1), 29–44. https://www.doi.org/10.1300/J367v03n01_05
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. (Reimpressão ed.). Basic Books
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

D'Augelli, A. R. (2002). Mental health problems among lesbian, gay, and bisexual youths ages 14 to 21. *Clinical child psychology and psychiatry*, 7(3), 433-456.

<https://doi.org/10.1177/1359104502007003010>

Dessen, M. A., & Polonia, A. D. C. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17(36), 21-32.

<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>

Fast, A. A., Olson, K. R. (2017). Gender development in transgender preschool children. *Child development*, 0(0), 1-18. <https://doi.org/10.1111/cdev.12758>

Gonçalves, S. P., Gonçalves, J., e Marques, C. G. (2021). *Manual de investigação qualitativa: Conceção, análise e aplicações* (1ª ed.). Pactor.

Haymer, M., Buckler-Amabilis, S., Lawrence, K., e Tye, M. (2020). Language and history of the LGBTQ community. Em J. R. Lehman, K. Diaz, H. Ng, E. M. Petty, M. Thatikunt, K. Eckstrand (Eds.), *The equal curriculum* (1a ed., pp. 1-12). Springer, Cham.

<https://www.doi.org/10.1007/978-3-030-24025-7>

Hendricks, M. L., & Testa, R. J. (2012). A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: An adaptation of the minority stress model. *Professional psychology: Research and practice*, 43(5), 460-467.

<https://www.doi.org/10.1037/a0029597>

LeMaster, B., Shultz, D., McNeill, J., Bowers, G., & Rust, R. (2019). Unlearning cisheteronormativity at the intersections of difference: Performing queer worldmaking through collaged relational autoethnography. *Text and performance quarterly*, 39(4), 341-370. <https://doi.org/10.1080/10462937.2019.1672885>

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

- Lima, L., N., & Ferro, M., J. (2014). *Grounded theory: Uma metodologia qualitativa de investigação*. Manual pedagógico de apoio ao seminário de investigação da faculdade de psicologia e ciências da educação da universidade de Coimbra.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological bulletin*, 129(5), 674–697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Miller, S. (2016). Glossary of terms: Defining a common queer language. Em S. Miller (Eds.) *Teaching, affirming, and recognizing trans and gender creative youth* (1ª ed., pp. 299–309). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-56766-6>
- Mills-Koonce, W. R., Rehder, P. D., & McCurdy, A. L. (2018). The significance of parenting and parent–child relationships for sexual and gender minority adolescents. *Journal of research on adolescence*, 28(3), 637-649. <https://doi.org/10.1111/jora.12404>
- Morgenroth, T., & Ryan, M. K. (2021). The effects of gender trouble: An integrative theoretical framework of the perpetuation and disruption of the gender/sex binary. *Perspectives on psychological science*, 16(6), 1113-1142. <https://doi.org/10.1177%2F1745691620902442>
- Morris, B. J. (2019). History of lesbian, gay, bisexual and transgender social movements. *American psychological association*.
- Oliveira, C. A. N., de Sá Machado, F. L. B., & Neves, S. (2012). Amor parental (in) condicional: Estudo sobre a influência da percepção da aceitação/rejeição parental em homossexuais, lésbicas e bissexuais. *Coming-out for LGBT*, 2(2), 89-97.
- Organização Mundial de Saúde. (OMS, 2006). *Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health, 28-31, January 2002, Geneva*. Em World Health Organization. Retirado a 02 de fevereiro, 2022, de

www.who.int/reproductivehealth/topics/gender_rights/defining_sexual_health/en/index.html

rede ex aequo. (s.d.). *quem-somos*. Em Quem somos | rede ex aequo - Associação de jovens LGBT e apoiantes. Retirado a 22 de março, 2022, de <https://www.rea.pt/quem-somos/>

Ribeiro, J. L.P. (2008). *Metodologia de investigação em psicologia e saúde* (2ª ed.). Legis Editora.

Robles, R., Real, T., & Reed, G. M. (2021). Depathologizing sexual orientation and transgender identities in psychiatric classifications. *Consortium psychiatricum*, 2(2), 45–53. <https://doi.org/10.17816/cp61>

Roe, S. (2017). “Family support would have been like amazing” LGBTQ youth experiences with parental and family support. *The family journal*, 25(1), 55-62. <https://doi.org/10.1177/1066480716679651>

Rohner, R. P., Khaleque, A., & Cournoyer, D. E. (2005). Parental acceptance-rejection: Theory, methods, cross-cultural evidence, and implications. *Ethos*, 33(3), 299-334. <https://doi.org/10.1525/eth.2005.33.3.299>

Rohner, R. P., Khaleque, A., & Cournoyer, D. E. (2012). Introduction to parental acceptance-rejection theory, methods, evidence, and implications. *Journal of family theory e Review*, 2(1), 73-87.

Ryan, C., Huebner, D., Diaz, R. M., & Sanchez, J. (2009). Family rejection as a predictor of negative health outcomes in white and Latino lesbian, gay, and bisexual young adults. *Pediatrics*, 123(1), 346-352. <https://doi.org/10.1542/peds.2007-3524>

Ryan, C., Russell, S. T., Huebner, D., Diaz, R., & Sanchez, J. (2010). Family acceptance in adolescence and the health of LGBT young adults. *Journal of child and adolescent psychiatric nursing*, 23(4), 205–213. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6171.2010.00246.x>

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Santos, A. C. (2018). Luta LGBTQ em Portugal: Duas décadas de histórias, memórias e resistências. *Revista TransVersos*, 14, 36–51.

<https://www.doi.org/10.12957/transversos.2018.38654>

Sigelman, C. K., & Rider, E. A. (2017). *Life-Span human development* (9ª ed.). Cengage Learning.

Simons, J. D., & Beck, M. J. (2020). Sexual and Gender Minority Identity Development: Recommendations for School Counselors. *Journal of School Counseling*, 18(20), 1-30.

Retirado a 01 de março, 2022, de <http://www.jsc.montana.edu/articles/v18n20.pdf>

Teixeira, T., Grave, R., Aires, R., & Pereira, C. G. (2021). *isto não é um glossário: in/definições de géneros e sexualidades* (1ª ed.). gentopia - Associação para a Diversidade e Igualdade de Género. Retirado a 22 de fevereiro, 2022, de

https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=306549

Vieira, H. I. M. C. (2021). *A perspetiva dos pais sobre a educação sexual dos filhos: uma revisão sistemática da literatura*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto] Repositório da UP. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134913/2/483770.pdf>

Willoughby, B. L., Doty, N. D., & Malik, N. M. (2010). Victimization, family rejection, and outcomes of gay, lesbian, and bisexual young people: The role of negative GLB identity. *Journal of GLBT Family Studies*, 6(4), 403-424.

<https://doi.org/10.1080/1550428X.2010.511085>

ANEXOS

Anexo 1

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica das figuras parentais participantes

Nome ^a	Idade	Idade no momento de CO	Sexo	Escolaridade	Área da Licenciatura	Área do Mestrado	Situação profissional	Nacionalidade	Residência	Religião	Orientação política	Situação financeira
Mariana	57	56	Feminino	Mestrado	-	Ciências Farmacêuticas	Trabalhadora	Portuguesa	Urbano	Nenhuma	Mais à esquerda	Confortável
Flor	58	45	Feminino	Mestrado	-	Ciências da Educação	Trabalhadora	Portuguesa	Semiurbano	Católica	Mais à esquerda	Confortável
Alice	54	41	Feminino	Mestrado	Ciências sociais com menor em psicologia	Relações Interculturais	Desempregada	Portuguesa	Semiurbano	Católica	Mais à esquerda	Suficiente
Ana	52	47	Feminino	Técnico Profissional	-	-	Trabalhadora	Portuguesa	Rural	Católica	Mais à esquerda	Insuficiente
Júlia	53	51	Feminino	Licenciatura	Turismo	-	Trabalhadora	Portuguesa	Urbano	Católica	Mais à esquerda	Suficiente
Gustavo	45	45	Masculino	Ensino Secundário	-	-	Trabalhador	Brasileira	Urbano	Cristã/ciência	Mais à direita	Suficiente
Sofia	57	51	Feminino	Licenciatura	Engenharia Geográfica	-	Trabalhadora	Portuguesa	Urbano	Agnóstica	Mais à esquerda	Suficiente

^a Todos os nomes foram alterados para nomes fictícios de modo a proteger a identidade dos/as participantes.

Anexo 2

Tabela 2

Caracterização sociodemográfica dos/as filhos/as das figuras parentais participantes

Nome da FP ^a	Idade	Idade no momento do CO	Sexo atribuído á nascença	Género	Identidade de género	Orientação sexual
Mariana	29	28	Feminino	Homem	Transgénero ou GNC	Heterossexual
Flor	26	18	Feminino	Mulher	Cisgénero	Bissexual
Alice	30	19	Masculino	Homem	Cisgénero	Homossexual/Gay
Ana	24	19	Masculino	Homem	Cisgénero	Homossexual/Gay
Júlia	16	14	Masculino	Mulher	Transgénero ou GNC	Homossexual/Lésbica, Em questionamento
Gustavo	21	21	Feminino	Mulher	Cisgénero	Bissexual
Sofia	23	16	Feminino	Não-Binário	Transgénero ou GNC	Homossexual/Gay

^a Todos os nomes foram alterados para nomes fictícios de modo a proteger a identidade dos/as participantes.

Anexo 3 – Consentimento informado e questionário de informações sociodemográficas

Aceitação Parental de Filho/a(s) LGBTI+

No âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra sobre Aceitação Parental de Filho/a(s) LGBTQ+, eu, Rita Fernandes, encontro-me a realizar entrevistas a figuras parentais não pertencentes à comunidade LGBTI+ que tenham filhos LGBTI+.

Este processo de levantamento de ideias e conceitos prende-se com o objetivo de investigar o processo de aceitação por parte das figuras parentais.

*Obrigatório

Consentimento Informado

Fui informado/a que todos os dados e esclarecimentos recolhidos são estritamente confidenciais, estando garantido o seu sigilo e anonimato, pelo que serão apenas usados para fins de investigação. Apenas a estudante investigadora e a sua orientadora, professora doutora Maria Jorge Ferro, terão acesso aos dados resultantes da entrevista.

Para isto será necessário recolher dados relativos a características sociodemográficas bem como experiências pessoais sobre o tema da investigação, e este serão agregados e nunca serão apresentados de forma individual, pois pretendem apenas caracterizar os/as participantes no estudo, no seu conjunto. Todos os dados recolhidos serão codificados através de nomes fictícios, aquando do seu registo por escrito, garantindo desta forma o anonimato no seu armazenamento e análise.

Nos termos expostos e encontrando-se consciente dos objetivos do estudo e da entrevista, declaro expressamente autorizar o registo áudio da mesma, de forma a permitir a sua posterior análise e interpretação de conclusões sendo que os registos de áudios serão eliminados após serem transcritos e suas respetivas transcrições serão eliminadas após a apresentação e defesa da tese.

Foram-me prestadas todas as informações relacionadas com os objetivos e procedimentos do estudo, e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Além disso, fui informado/a que a participação neste estudo é livre e que tenho o direito de recusar, em qualquer altura, a minha participação neste estudo, sem nenhuma consequência, bastando para isso comunicar a minha vontade.

Agradecemos ainda a sua participação!

Consentimento informado *

- Confirmo que li o consentimento informado e aceito participar neste estudo.
- Confirmo que li o consentimento informado e não aceito participar neste estudo.



Aceitação Parental de Filho/a(s) LGBTI+

*Obrigatório

Informação Sociodemográfica da Figura Parental

Por favor responda às seguintes questões sociodemográficas relativas a si, enquanto figura parental.

Idade *

Por favor, coloque a sua idade em números.

A sua resposta

Sexo *

- Feminino
- Masculino

Identidade de Género *

- Cisgénero (Pessoa cujo género com que se identifica é o mesmo que o sexo e género atribuído à nascença)
- Transgénero ou Género não-conforme (Pessoa cujo género com que se identifica é diferente do sexo e género atribuído à nascença)

Orientação Sexual *

- Heterossexual (sente-se sobretudo atração por pessoas de género diferente)
- Outra:



Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Nível de escolaridade concluído *

- Ensino Básico ou menor
- Ensino Secundário
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra:

Caso tenha respondido "Licenciatura" na pergunta anterior, indique qual/em que área

A sua resposta

Caso tenha respondido "Mestrado" na pergunta anterior, indique qual/em que área

A sua resposta

Caso tenha respondido "Doutoramento" na pergunta anterior, indique qual/em que área

A sua resposta

Estado civil *

- Solteiro/a
- Casado/a
- Viúvo/a
- Divorciado/a
- Outra:



Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Situação profissional *

- Trabalhador/a
- Desempregado/a
- Estudante
- Trabalhador/a-estudante
- Outra:

Nacionalidade *

A sua resposta

No momento, reside num meio... *

- Rural
- Semiurbano
- Urbano

Religião *

A sua resposta

Como avalia a sua orientação política? *

- Mais à esquerda (liberdade e autonomia pessoal e politica)
- Mais à direita (disciplina, ordem social e politica, costumes tradicionais)



Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Na sua perspectiva, como avalia a sua situação financeira? *

- Insuficiente
- Suficiente
- Confortável
- Priviligiada

Que idade tinha aquando do momento de revelação do/a filho/a? *

Por favor, coloque a idade em números.

A sua resposta

Página 2 de 3

[Anterior](#)

[Seguinte](#)

[Limpar formulário](#)

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários



Aceitação Parental de Filho/a(s) LGBTI+

*Obrigatório

Informação Sociodemográfica do/a filho/a

Toda a informação será relativa ao filho acordado anteriormente.

Idade *

Por favor, coloque a idade em números.

A sua resposta

Sexo atribuído à nascença *

- Feminino
- Masculino

Género com que o/a seu/sua filho/a se identifica *

- Homem
- Mulher
- Não-Binário
- Outra:

Identidade de Género *

- Cisgénero (Pessoa cujo género com que se identifica é o mesmo que o sexo e género atribuído à nascença)
- Transgénero ou Género não-conforme (Pessoa cujo género com que se identifica é diferente do sexo e género atribuído à nascença)



Aceitação parental de filhos/as lgbt+

Orientação sexual do/da seu/sua filho/a *

Orientação sexual refere-se ao que cada pessoa pensa e sente sobre si própria e sobre a sua afetividade e sexualidade e por quem se sente atraído afetiva e sexualmente

- Heterossexual (sente-se sobretudo atração por pessoas de género diferente)
- Homossexual/Gay (sente-se sobretudo atração por pessoas do mesmo género)
- Homossexual/Lésbica (sente-se sobretudo atração por pessoas do mesmo género)
- Bissexual (sente-se sobretudo atração por pessoas de dois ou mais géneros)
- Pansexual (sente-se sobretudo atração por pessoas de todos os géneros)
- Asexual (não sente atração sexual por pessoas de qualquer género)
- Outra:

Que idade tinha o/a seu/sua filho/a aquando do momento de revelação? *

Por favor, coloque a idade em números.

A sua resposta

Página 3 de 3

[Anterior](#)

Enviar

[Limpar formulário](#)

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários

Anexo 4 – Guião orientador de entrevista semiestruturada

Conhecimento

1. Quais são os seus conhecimentos sobre a sigla LGBTI+ e a população envolvida?
2. Já participou ou participa de algum tipo de evento ou ambientes LGBTI+?
3. Alguma vez assistiu algum filme, ouviu música ou leu livros de ou com pessoas ou temáticas LGBTI+? Qual foi o seu impacto?

Coming Out

Antes

1. Antes da revelação, já tinha falado sobre sexualidade com o seu filho/a sua filha?
2. Acha que, antes do momento de revelação, o seu filho/a sua filha já tinha tentado contar antes ou falava sobre isso?

Durante

1. Como foi o processo de revelação da orientação sexual ou identidade de género do seu filho/a sua filha?
2. Como se sentiu? Como se posicionou? Teve aceitação/rejeição?
3. Como lidou com o momento da revelação?

Depois

1. Nos dias após a revelação, como foi a relação com o seu filho?
2. Notou alguma mudança nos sentimentos ou comportamento do seu filho/da sua filha após esse momento?
3. Como lidou com os seus próprios sentimentos pós revelação?
4. Como e quantos foram os dias/meses/anos para aceitar todo esse processo pós período de revelação?

Amizades e Relacionamentos

1. Conhece outras pessoas na sua família que são LGBTI+?
 - 1.1. **Se sim** → Como é a sua relação com essas pessoas?
2. Conhece outros pais ou mães que também têm filhos LGBTI+?
 - 2.1. **Se sim** → Como é a sua relação com essas pessoas?
3. Conhece outras pessoas que sejam LGBTI+?

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

- 3.1. **Se sim** → Como é a sua relação com essas pessoas?
4. Tem conhecimento de amigos do seu filho que também eram/são LGBTI+?
 - 4.1. **Se sim** → Já os conheceu?
5. De todas as pessoas referidas anteriormente, de que forma que essas pessoas eram e/ou são recebidas na sua casa?
6. Sabe se o seu filho/a sua filha já teve algum relacionamento?
 - 6.1. **Se sim** → Alguma vez conversaram sobre esse relacionamento?
 - 6.2. O seu filho/A sua filha alguma vez apresentou um/a namorado/a a si ou à família?
 - 6.3. Considerando o tempo pós-revelação, de que forma esse/a namorado/a foi ou é recebido/a na sua casa?

Rede de Apoio

1. Alguma vez sentiu necessidade de procurar ajuda?
 - 1.1. **Se sim** → Que tipo de ajuda procurou?
2. Alguma vez procurou orientação para si em algum tipo de serviço?
 - 2.1. **Se sim** → O que procurou? Como foi essa experiência?
3. Alguma vez procurou orientação para o seu filho nalgum tipo de serviço?
 - 3.1. **Se sim** → O que procurou? Como foi essa experiência?
4. Já participou de algum grupo de apoio para pais ou pessoas LGBTI+?
 - 4.1. **Se sim/Se não** → Por quais motivos?

Visibilidade

1. Que outras pessoas da família sabem sobre a orientação sexual e/ou identidade de género do seu filho/da sua filha?
 - 1.1. Qual foi/é a reação delas? Como lidou/lida com estas?
2. Existem outras pessoas, que fazem parte do convívio familiar, que têm conhecimento sobre a orientação sexual e/ou identidade de género do seu filho/da sua filha?
 - 2.1. **Se sim** → Quem? Qual é a reação delas? Como lida com elas?
3. Tem à-vontade para contar a outras pessoas que tem um/a filho/a LGBTI+?
4. Alguma vez pediu para o seu filho/a sua filha não contar a outras pessoas que é LGBTI+?
5. Alguma vez conversaram sobre o que era aceitável ou não?

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

6. Em algum momento, durante a infância ou adolescência, o seu filho/a sua filha conversou consigo sobre a escola e se sofria *bullying* na escola por causa da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero?
 - 6.1. **Se sim** → Qual foi a sua reação nesse momento? O que fez/como geriu?
7. Quanto à vida social, quais foram/são as suas preocupações em relação à orientação sexual e/ou identidade de gênero do seu filho/da sua filha?
 - 7.1. Como lidou/lida com estas?
8. Relativamente às circunstâncias sociais, quais foram/são as suas preocupações em relação à orientação sexual e/ou identidade de gênero do seu filho/da sua filha?
 - 8.1. Como lidou/lida com estas?
9. O seu filho/A sua filha frequenta espaços/eventos LGBTI+ como festas, bares, etc.?
 - 9.1. **Se sim** → Qual é a sua reação?
10. Tem medo que o seu filho/a sua filha sobre algum tipo de violência (física e/ou psicológica) por ser LGBTI+?
 - 10.1. **Se sim** → Como lida com essa situação?
11. Qual a reação ao se deparar com uma situação em que alguém faz algum tipo de comentário ou piada sobre pessoas LGBTI+?

Influencias Externas

1. Possui alguma crença ou religião?
 - 1.1. O seu filho/A sua filha também partilhava essa mesma religião?
2. Considera-se uma pessoa religiosa?
3. Atualmente, o seu filho/a sua filha é religioso/a?
4. Acha que a sua religião (ou ausência da mesma) pode ter influenciado, positiva ou negativamente, a sua reação à revelação do seu filho/da sua filha?
5. Falamos de religião e então em termos políticos, como pensa que a sua orientação política pode ter influenciado, positiva ou negativamente, a sua reação à revelação/ao modo como reagiu à revelação?
6. Acha que as redes sociais que utiliza podem ter influenciado de alguma forma, positiva ou negativamente, a sua reação à revelação do seu filho/da sua filha?

Presente

1. Como é a relação com o seu filho/a sua filha, hoje em dia?

Aceitação parental de filhos/as lgbt+

2. Já conversou com o seu filho/a sua filha sobre a orientação sexual ou identidade de género deste/a?
 - 2.1. Estas conversas partem de si ou é o seu filho/a sua filha que inicia as conversas sobre estes assuntos?
 - 2.2. Alguma vez estabeleceram limites sobre o que poderia ou não ser conversado?
3. Acha que existem diferenças entre o relacionamento entre si e o seu filho/a sua filha e o relacionamento com outros membros da família?
4. Sente que algo mudou desde que o seu filho/a sua filha comunicou a sua orientação sexual e/ou identidade de género?
5. Como tem sido para si passar por todo esse processo?
6. E como gostaria que fosse ou que tivesse sido?
7. Quais são as suas expectativas para o futuro com relação ao seu filho/a sua filha?

Anexo 5 – Imagem para divulgação em formato *stories* no Instagram



Dissertação de Mestrado

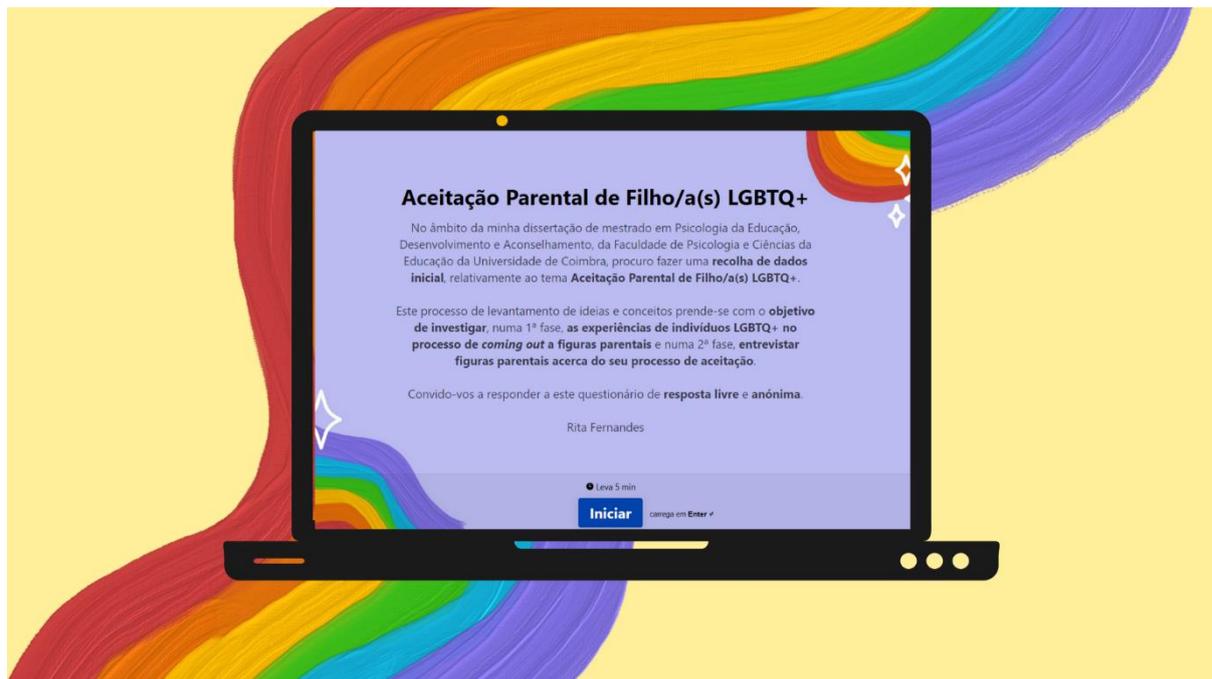
Se tens pelo menos 16 anos, **fazes parte da comunidade LGBTQ+** e **alguma vez fizeste um *coming out* a uma figura parental**, peço a tua colaboração num estudo que está a ser desenvolvido no âmbito da minha tese de mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento.

O preenchimento do questionário leva entre **5 a 10 minutos** e podes aceder a este através do link na minha bio **@growing_rita**.

Toda a informação recolhida será **confidencial** e **anónima!**



Anexo 6 – Imagem para divulgação em formato *post* no Facebook



Anexo 7 – Mapa de análise de dados



